

**Gestão 2018-2020**

Procurador-Geral de Justiça

**Paulo Cezar dos Passos**

Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico

**Humberto de Matos Brittes**

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**Nilza Gomes da Silva**

Procurador-Geral Adjunto de Justiça de Gestão e Planejamento Institucional

Corregedor-Geral do Ministério Público

**Marcos Antonio Martins Sottoriva**

Corregedor-Geral Substituto do Ministério Público

**Antonio Siufi Neto**

Ouvidor do Ministério Público

**Olavo Monteiro Mascarenhas**

**COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA**

Procurador de Justiça *Sérgio Luiz Morelli*

Procurador de Justiça *Mauri Valentim Ricciotti*

Procurador de Justiça *Hudson Shiguer Kinashi*

Procurador de Justiça *Olavo Monteiro Mascarenhas*

Procuradora de Justiça *Irma Vieira de Santana e Anzoategui*

Procuradora de Justiça *Nilza Gomes da Silva*

Procurador de Justiça *Silvio Cesar Maluf*

Procurador de Justiça *Antonio Siufi Neto*

Procurador de Justiça *Evaldo Borges Rodrigues da Costa*

Procuradora de Justiça *Marigô Regina Bittar Bezerra*

Procurador de Justiça *Belmires Soles Ribeiro*

Procurador de Justiça *Humberto de Matos Brittes*

Procurador de Justiça *Miguel Vieira da Silva*

Procurador de Justiça *João Albino Cardoso Filho*

Procuradora de Justiça *Lucienne Reis D'Ávila*

Procuradora de Justiça *Ariadne de Fátima Cantú da Silva*

Procurador de Justiça *Francisco Neves Júnior*

Procurador de Justiça *Edgar Roberto Lemos de Miranda*

Procurador de Justiça *Marcos Antonio Martins Sottoriva*

Procuradora de Justiça *Esther Sousa de Oliveira*

Procurador de Justiça *Aroldo José de Lima*

Procurador de Justiça *Adhemar Mombrum de Carvalho Neto*

Procurador de Justiça *Gerardo Eriberto de Moraes*

Procurador de Justiça *Luis Alberto Safrader*

Procuradora de Justiça *Sara Francisco Silva*

Procuradora de Justiça *Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya*

Procuradora de Justiça *Mara Cristiane Crisóstomo Bravo*

Procurador de Justiça *Helton Fonseca Bernardes*

Procurador de Justiça *Gilberto Robalinho da Silva*

Procurador de Justiça *Paulo Cezar dos Passos*

Procuradora de Justiça *Jaceguara Dantas da Silva*

Procurador de Justiça *Rodrigo Jacobina Stephanini*

Procurador de Justiça *Silasneiton Gonçalves*

Procurador de Justiça *Sérgio Fernando Raimundo Harfouche*

Procurador de Justiça *Alexandre Lima Raslan*

**EXPEDIENTE EXTERNO:**

De 2ª à 6ª feira, das 08 às 11 e 13 às 18 horas.

**DISQUE DENÚNCIA**

Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça Criminais

**(67) 3318-2091** e-mail: [caocrim@mpms.mp.br](mailto:caocrim@mpms.mp.br)

Centro de Apoio Operacional dos Direitos Constitucionais do Cidadão

e dos Direitos Humanos e das Pessoas com Deficiência

**(67) 3318-2160** e-mail: [caodh@mpms.mp.br](mailto:caodh@mpms.mp.br)

**PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA****PORTARIA Nº 3517/2019-PGJ, DE 24.9.2019**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Conceder à Procuradora de Justiça Lucienne Reis D'Ávila 4 (quatro) dias de férias compensatórias, referentes ao feriado forense de 20 de dezembro de 2018 a 6 de janeiro de 2019, a serem usufruídos no período de 24 a 27.9.2019, nos termos dos artigos 139, inciso I, e 140, § 3º, ambos da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, com a redação dada pela Lei Complementar nº 173, de 14 de maio de 2013.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 3498/2019-PGJ, DE 23.9.2019**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Conceder aos Promotores de Justiça abaixo relacionados compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão, nos termos dos artigos 3º e 6º da Resolução nº 38/2015-PGJ, de 24.11.2015:

PROMOTORES DE JUSTIÇA	PLANTÃO	DIAS DE GOZO
Eduardo FonticIELha De Rose	13 e 14.12.2014 e 17.1.2015	30.9 a 2.10.2019
Thiago Barbosa da Silva	3, 4 e 17.8.2019	30.10 a 1º.11.2019

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 3507/2019-PGJ, DE 24.9.2019**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Alterar a Portaria nº 3391/2019-PGJ, de 12.9.2019, publicada no DOMP nº 2051, de 16.9.2019, que designou os Promotores de Justiça Cristiane Mourão Leal Santos e Tiago Di Giulio Freire para atuarem na audiência de instrução e interrogatório do Processo Administrativo Disciplinar nº 066.158.0006/2019, no Plenário Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul, de forma que, onde consta: “dia 24.9.2019, às 9h30min”; passe a constar: “dia 3.10.2019, às 9h30min”.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 3512/2019-PGJ, DE 24.9.2019**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Conceder à Promotora de Justiça Ana Rachel Borges de Figueiredo Nina 1 (um) dia de compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão, realizada no período de 18 a 25.4.2018, a ser usufruído no dia 19.12.2019, nos termos dos artigos 3º, 6º e 7º-A, inciso I, da Resolução nº 38/2015-PGJ, de 24.11.2015.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 3514/2019-PGJ, DE 24.9.2019**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Conceder à Promotora de Justiça Candy Hiroki Cruz Marques Moreira 1 (um) dia de compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão, realizada no período de 2 a 9.10.2017, a ser usufruído no dia 18.10.2019, nos termos dos artigos 3º, 6º e 7º-A, inciso II, da Resolução nº 38/2015-PGJ, de 24.11.2015.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 3515/2019-PGJ, DE 24.9.2019**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Alterar a Portaria nº 1920/2019-PGJ, de 3.6.2019, com a redação dada pela Portaria nº 2207/2019-PGJ, de 25.6.2019, na parte que concedeu férias à Promotora de Justiça Candy Hiroki Cruz Marques Moreira, de forma que, onde consta:

PROMOTOR DE JUSTIÇA	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
	1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Candy Hiroki Cruz Marques Moreira	14 a 23.10.2019			15 a 24.7.2019

Passe a constar:

PROMOTOR DE JUSTIÇA	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
	1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Candy Hiroki Cruz Marques Moreira	21 a 30.10.2019			15 a 24.7.2019

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 3516/2019-PGJ, DE 24.9.2019**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Conceder ao Promotor de Justiça Thiago Barbosa da Silva 5 (cinco) dias de férias remanescentes, referentes ao período aquisitivo 2017/2018, a serem usufruídos no período de 4 a 8.11.2019, nos termos dos artigos 139, inciso I, e 140, ambos da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 3518/2019-PGJ, DE 24.9.2019**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Conceder ao Promotor de Justiça Claudio Rogerio Ferreira Gomes 30 (trinta) dias de licença para tratamento de saúde, a partir de 23.9.2019, nos termos do artigo 139, inciso II, e do artigo 150, parágrafo único, ambos da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 3519/2019-PGJ, DE 24.9.2019**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Autorizar o 16º Promotor de Justiça de Dourados, Ricardo Rotunno, a se ausentar da sua comarca para participar como palestrante no III Encontro Regional do Centro-Oeste da Associação Brasileira de Estudos de Defesa (ERABED Centro Oeste 2019), na Mesa Coordenada 1 (Mesa IDESF), com o tema “Crimes transfronteiriços, violência e seus impactos socioeconômicos no Centro-Oeste”, que ocorrerá no dia 24.9.2019, em Campo Grande/MS.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 3520/2019-PGJ, DE 24.9.2019**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Conceder ao Promotor de Justiça Paulo da Graça Riquelme de Macedo Junior licença por motivo de doença em pessoa da família, nos dias 12 e 13.9.2019, nos termos do artigo 139, inciso III, e do artigo 150, parágrafo único, ambos da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 3503/2019-PGJ, DE 23.9.2019**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar os servidores Myrian Raquel Rodrigues da Silva, Diretora da Secretaria de Tecnologia da Informação, e Frederick Werner Castellani Viacek, Chefe do Departamento de Sistemas de Informação, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, como representantes do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, junto aos serviços *Google Play* e *App Store*, para o gerenciamento e submissão de aplicativos móveis desenvolvidos por esta Instituição.

PAULO CEZAR DOS PASSOS  
Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 0194/2019/AOP/PGJ**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XIII do artigo 30 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994 e artigo 29, inciso IX, da Lei 8.625/93,

**RESOLVE:**

Delegar ao Promotor de Justiça Matheus Carim Bucker, que oficia perante a Promotoria de Justiça de Rio Negro-MS, a quem o substituir ou a quem o suceder por promoção ou remoção, a atribuição para, sem prejuízo de suas funções, atuar nos autos de Notícia de Fato nº 01.2019.00010219-1, bem como nos feitos e ações judiciais decorrentes desse procedimento, conforme decisão lançada ao feito.

Campo Grande-MS, 20 de setembro de 2019.

PAULO CEZAR DOS PASSOS  
Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 0195/2019/AOP/PGJ**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XIII do artigo 30 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994 e artigo 29, inciso IX, da Lei 8.625/93,

**RESOLVE:**

Delegar ao Promotor de Justiça George Zarour Cezar, que oficia perante a Promotoria de Justiça da comarca de Ribas do Rio Pardo-MS, a quem o substituir ou a quem o suceder por promoção ou remoção, a atribuição para, sem prejuízo de suas funções, atuar nos autos de Notícia de Fato nº 01.2019.00010532-2, bem como nos feitos e ações judiciais decorrentes desse procedimento, conforme decisão lançada ao feito.

Campo Grande-MS, 23 de setembro de 2019.

PAULO CEZAR DOS PASSOS  
Procurador-Geral de Justiça

**PROCURADORIA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA****PORTARIA Nº 3493/2019-PGJ, DE 20.9.2019**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

**R E S O L V E :**

Autorizar a averbação de tempo de contribuição ao Instituto Nacional do Seguro Social, INSS, requerida pelo servidor Rogério Cintra Pereira Neves, para fins de aposentadoria e disponibilidade, nos termos dos artigos 40, § 9º, e 201, § 9º, ambos da Constituição Federal, do artigo 179 da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990 (com as alterações advindas da Lei nº 2.157, de 26.10.2000), e, ainda, dos artigos 79 e 80 da Lei nº 3.150, de 22 de dezembro de 2005, conforme o quadro a seguir (Processo PGJ/10/3345/2019):

TEMPO	PERÍODO	CARGO/FUNÇÃO	EMPREGADOR
2 meses e 22 dias	1º.3 a 22.5.1985	Professor	CBI – Centro Básico de Informática Ltda.
1 ano, 3 meses e 1 dia	18.7.1988 a 18.10.1989	Caixa	Banco Sistema S/A

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

**PORTARIA Nº 3495/2019-PGJ, DE 23.9.2019**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

**R E S O L V E :**

Conceder à servidora Luzineth Alves do Espírito Santo, ocupante do cargo efetivo de Técnico II, símbolo MPTE-202, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, jornada especial de trabalho, a contar de 23 de setembro de 2019, a ser cumprida das 8h às 12h, pelo prazo de 1 (um) ano, nos termos dos artigos 1º, 2º e 3º da Lei Estadual nº 1.134, de 26.3.1991 (Processo PGJ/10/2369/2019).

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

**PORTARIA Nº 3496/2019-PGJ, DE 23.9.2019**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

**R E S O L V E :**

Conceder ao servidor Fernando Geraldo Ramos, ocupante do cargo efetivo de Técnico I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, 10 (dez) dias de licença para tratamento de saúde, no período de 16 a 25.9.2019, inicial, nos termos do inciso I do artigo 130, e dos artigos 132 e 136, todos da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.157, de 26 de outubro de 2000, e, ainda, c/c a alínea “c” do inciso II do artigo 19 e artigo 22 do Decreto nº 12.823, de 24 de setembro de 2009.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

**PORTARIA Nº 3497/2019-PGJ, DE 23.9.2019**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

**R E S O L V E :**

Conceder à servidora Cristiane Conceição Rocha, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar, símbolo MPAL-301, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, 14 (quatorze) dias de licença para tratamento de saúde, no período de 18.9 a 1º.10.2019, em prorrogação, nos termos do inciso I do artigo 130, e dos artigos 132 e 136, todos da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.157, de 26 de outubro de 2000, e, ainda, c/c a alínea “c” do inciso II do artigo 19 do Decreto nº 12.823, de 24 de setembro de 2009, e, ainda a alínea “g” do inciso I do artigo 31 e artigo 53, ambos da Lei nº 3.150, de 22 de dezembro de 2005.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

**PORTARIA Nº 3502/2019-PGJ, DE 23.9.2019**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

**R E S O L V E :**

Conceder à servidora Patrícia Lima Rodrigues, ocupante do cargo efetivo de Técnico II, símbolo MPTE-202, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, 1 (um) dia de licença para tratamento de saúde, no dia 13.9.2019, inicial, nos termos do inciso I do artigo 130, e dos artigos 132 e 136, todos da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.157, de 26 de outubro de 2000, e, ainda, c/c a alínea “c” do inciso II do artigo 19 e artigo 22 do Decreto nº 12.823, de 24 de setembro de 2009.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

**PORTARIA Nº 3508/2019-PGJ, DE 24.9.2019**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

**R E S O L V E :**

Conceder ao servidor Aarão Pedro Pires de Medeiros Junior, ocupante do cargo em comissão de Assessor Técnico em Informática, símbolo MPAS-203, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, oito dias de licença para casamento, a partir de 13.9.2019, nos termos da alínea “a” do inciso III do artigo 171, e do inciso II do artigo 178, ambos da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

**PORTARIA Nº 3509/2019-PGJ, DE 24.9.2019**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

**R E S O L V E :**

Conceder ao servidor Waldeluir Cavallini, ocupante do cargo em comissão de Assessor de Procurador, símbolo MPAS-202, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, oito dias de licença por luto, em razão do falecimento de sua genitora, a partir de 14.9.2019, nos termos da alínea “b” do inciso III do artigo 171 e inciso II do artigo 178, ambos da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, e artigo 10, inciso XIII, da Resolução nº 022/2016-PGJ, de 12.9.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

**CONSELHO SUPERIOR****RESOLUÇÃO Nº 002/2019-CSMP, DE 24 DE SETEMBRO DE 2019.**

*Altera dispositivos da Resolução nº 001/2009-CSMP, de 4 de março de 2009.*

**O CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 15 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994 e por seu Regimento Interno,

**RESOLVE:**

**Art. 1º.** O artigo 5º da Resolução nº 001/2009-CSMP, de 4 de março de 2009, passa a vigorar com a seguinte redação:

*“Art. 5º. São inelegíveis os que se encontrem nas situações de afastamento do cargo previstas na Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994.” (NR)*

**Art. 2º.** O §2º do artigo 7º da Resolução nº 001/2009-CSMP, de 4 de março de 2009, passa a vigorar com a seguinte redação:

*“§ 2º. O voto é uninominal e os três (3) candidatos mais votados comporão a lista, admitindo-se o recebimento do voto por meio de sistema eletrônico, mediante a utilização de urnas eletrônicas.” (NR)*

**Art. 3º.** Acrescenta artigo 7-A à Resolução nº 001/2009-CSMP, de 4 de março de 2009, com a seguinte redação:

*“Art. 7-A. Se utilizado o sistema de voto eletrônico, a votação poderá ser realizada simultaneamente na sede da Procuradoria-Geral de Justiça e em sedes regionais previamente designadas pelo Conselho Superior do Ministério Público, respeitado, em qualquer caso, o horário das nove às dezessete horas.*

**Art. 4º** Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Grande, 24 de setembro de 2019.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

Presidente do Conselho Superior do Ministério Público

**DELIBERAÇÕES PROFERIDAS PELO EGRÉGIO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, NA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 17 DE SETEMBRO DE 2019.**

**7. Ordem do dia:****7.1. Matéria Administrativa:****7.1.1. Julgamento de Processo:****1. Procedimento de Gestão Administrativa nº 09.2019.00002706-3.**

Assunto: Vitaliciamento dos Promotores de Justiça Adriano Barrozo da Silva, Anthony Állison Brandão Santos, Fábio Adalberto Cardoso de Moraes, Felipe Almeida Marques, Gilberto Carlos Altheman Júnior, Juliana Pellegrino Vieira, Mateus Sleiman Castriani Quirino, Michel Maesano Mancuelho e Paulo Henrique Mendonça de Freitas.

**Relator Conselheiro Silasneiton Gonçalves.**

***Retirado de pauta a pedido do Relator.***



## **7.2. Julgamento de Inquéritos Cíveis e Procedimentos:**

### **7.2.1. RELATOR-CONSELHEIRO SILVIO CESAR MALUF:**

#### **1. Inquérito Civil nº 06.2019.00000685-7**

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Eldorado

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Cooperativa Agroindustrial Copagril

Assunto: Apurar suposta poluição ambiental produzida pela Cooperativa Agroindustrial Copagril no processamento de grãos de milho.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - COMARCA DE ELDORADO - MEIO-AMBIENTE - SUPOSTA POLUIÇÃO AMBIENTAL PRODUZIDA PELO PROCESSAMENTO DE GRÃOS DE MILHO - CELEBRAÇÃO DE TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO - AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DE ENTIDADE BENEFICIÁRIA - NÃO HOMOLOGAÇÃO - RETORNO DO FEITO À PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE ORIGEM - ADEQUAÇÃO DO TAC - DILIGÊNCIAS SUFICIENTES - INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO - APLICAÇÃO DO ENUNCIADO Nº 9 DESTE COLEGIADO. Promoção de arquivamento homologada, porquanto, após o empreendimento da diligência estabelecida por este e. Colegiado, constata-se que o Termo de Ajustamento de Conduta celebrado contempla os interesses tutelados neste procedimento e atende aos requisitos impostos pela norma de regência, aliado à instauração do pertinente procedimento administrativo para fiscalizar o seu cumprimento, consoante impõe o artigo 38 da Resolução nº 15/2007/PGJ e o Enunciado nº 9 deste Conselho Superior.

***Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.***

#### **2. Inquérito Civil nº 06.2018.00002901-3**

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Coronel Sapucaia

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Clodoaldo França - ME

Assunto: Apurar notícia de eventual degradação ambiental provocada por empresas do comércio irregular de produtos de madeira instaladas no município de Coronel Sapucaia.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - COMARCA DE CORONEL SAPUCAIA - MEIO-AMBIENTE - SUPOSTO COMÉRCIO IRREGULAR DE PRODUTOS DE MADEIRA - CONFIRMAÇÃO DO ILÍCITO AMBIENTAL NO CURSO DO PROCEDIMENTO - CELEBRAÇÃO DE TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA - OBRIGAÇÕES NEGATIVAS - DESNECESSIDADE DE INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO - DILIGÊNCIAS SUFICIENTES. Promoção de arquivamento homologada, considerando a celebração de Termo de Ajustamento de Conduta que tutela os interesses perseguidos neste procedimento, cujas disposições estão adequadas aos ditames da Resolução nº 15/2007/PGJ.

***Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.***

#### **3. Inquérito Civil nº 06.2019.00000360-5**

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Coronel Sapucaia

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Fábrica de Banquetas e Comércio Ferreira EIRELI

Assunto: Apurar notícia de eventual degradação ambiental provocada por empresas do comércio irregular de produtos de madeira instaladas no município de Coronel Sapucaia.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - COMARCA DE CORONEL SAPUCAIA - MEIO-AMBIENTE – SUPOSTO COMÉRCIO IRREGULAR DE PRODUTOS DE MADEIRA - CONFIRMAÇÃO DO ILÍCITO AMBIENTAL NO CURSO DO PROCEDIMENTO - CELEBRAÇÃO DE TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA - OBRIGAÇÕES NEGATIVAS - DESNECESSIDADE DE INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO - DILIGÊNCIAS SUFICIENTES. Promoção de arquivamento homologada, considerando a celebração de Termo de Ajustamento de Conduta que tutela os interesses perseguidos neste procedimento, cujas disposições estão adequadas aos ditames da Resolução nº 15/2007/PGJ.

***Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.***

#### **4. Inquérito Civil nº 06.2019.00000677-9**

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Miranda

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Chácara Amarabel

Assunto: Apurar os danos ocasionados ao meio ambiente pelo funcionamento e operação do estabelecimento

potencialmente poluidor denominado “Chácara Amarabel”, situada no município de Bodoquena, sem a licença do órgão ambiental competente.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - COMARCA DE MIRANDA - MEIO-AMBIENTE - SUPOSTO DANO AMBIENTAL EM ESTABELECIMENTO POTENCIALMENTE POLUIDOR LOCALIZADA EM BODOQUENA - DILIGÊNCIAS SUFICIENTES - ATIVIDADE ISENTA DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL - INEXISTÊNCIA DE DANOS AMBIENTAIS – PERDA DO OBJETO. Promoção de arquivamento homologada, tendo em vista a inexistência de dano ambiental na propriedade rural investigada, bem como ante a constatação de que a atividade econômica desempenhada em seu perímetro é isenta de licenciamento ambiental, consoante informações prestadas pelo IMASUL.

***Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator, impedido o Conselheiro Silasneiton Gonçalves, tendo em vista ser o genitor da Promotora de Justiça titular da 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Miranda e também da 1ª Promotoria de Justiça de Miranda, em decorrência lógica da substituição.***

## **5. Inquérito Civil nº 06.2015.00000036-9**

2ª Promotoria de Justiça dos Direitos Constitucionais do Cidadão da comarca de Chapadão do Sul

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Chapadão do Sul

Assunto: Apurar a regularidade da assistência farmacêutica da rede pública de saúde, consistente na falta de medicamentos da RENAME nas Unidades Básicas de Saúde de Chapadão do Sul.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - COMARCA CHAPADÃO DO SUL - INSUFICIÊNCIA NA DISPONIBILIZAÇÃO DE MEDICAMENTOS - INTERVENÇÃO MINISTERIAL RESOLUTIVA - ADEQUAÇÃO DA CONDUTA NO CURSO DO PROCEDIMENTO - MEDIDAS TOMADAS PELO PODER PÚBLICO MUNICIPAL - AUSÊNCIA DE OMISSÃO DOLOSA - DILIGÊNCIAS SUFICIENTES. Promoção de arquivamento homologada, pois, após a intervenção ministerial, constatou-se o aperfeiçoamento das políticas públicas de disponibilização de medicamentos no Município de Chapadão do Sul.

***Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.***

## **6. Procedimento Preparatório nº 06.2019.00000107-3**

2ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Bonito

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Colher informações sobre a falta de maquinários da Prefeitura Municipal de Bonito para trabalhos de conservação do solo e de estradas, que estão prejudicando o meio-ambiente da região e o transporte escolar.

EMENTA: PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO – COMARCA DE BONITO - FALTA DE MAQUINÁRIOS DESTINADOS À CONSERVAÇÃO DO SOLO E DE ESTRADAS - IRREGULARIDADE NÃO CONSTATADA - DILIGÊNCIAS SUFICIENTES - PERDA DO OBJETO. Promoção de arquivamento homologada, eis que os elementos de informação colhidos no feito afastaram a suposta negligência da Administração Pública quanto aos maquinários destinados à conservação do solo do município de Bonito, não havendo motivos aptos a atrair a intervenção ministerial.

***Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.***

## **7. Inquérito Civil nº 06.2018.00001882-7**

5ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Corumbá

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Secretário de Infraestrutura da Prefeitura de Ladário

Assunto: Apurar representação encaminhada pelos servidores públicos da Secretaria de Infraestrutura e Serviços Públicos de Ladário-MS relatando possível prática de atos ilegais pelo Secretário de Infraestrutura de Ladário, consistente em perseguição a servidores e investidura de pessoas para o exercício de função pública sem qualquer vínculo com a Administração Pública.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - COMARCA DE CORUMBÁ - IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA – SUPOSTA PERSEGUIÇÃO E EXERCÍCIO DE FUNÇÃO PÚBLICA SEM VÍNCULO COM A ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL – NÃO CONSTATÇÃO DAS AVENTADAS IRREGULARIDADES - DILIGÊNCIAS SUFICIENTES - PERDA DO OBJETO. Promoção de arquivamento homologada, pois as irregularidades narradas na representação foram pontualmente afastadas pelos elementos de informação constantes nos autos, inexistindo a prática de improbidade administrativa, razão por que não remanescem motivos para a continuidade da atuação ministerial.

***Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.***

**8. Inquérito Civil nº 06.2018.00001347-6**

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bela Vista

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Fazenda Roncador

Assunto: Apurar a ocorrência de dano ambiental na Fazenda Roncador, em Bela Vista/MS, de propriedade do senhor Luiz Eduardo Cedroni Simões, em razão da supressão vegetal de 16,68 hectares de vegetação nativa.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - COMARCA DE BELA VISTA - MEIO-AMBIENTE - SUPOSTA SUPRESSÃO DE VEGETAÇÃO NATIVA OCORRIDA NA FAZENDA RONCADOR - CELEBRAÇÃO DE TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA - INSCRIÇÃO DA PROPRIEDADE NO CAR - PAGAMENTO DE INDENIZAÇÃO PELOS DANOS AMBIENTAIS OUTRORA PERPETRADOS – CUMPRIMENTO INTEGRAL DO TAC - DILIGÊNCIAS SUFICIENTES. Promoção de arquivamento homologada, considerando o cumprimento das obrigações assumidas em Termo de Ajustamento de Conduta, mediante a comprovação de inscrição da propriedade rural no CAR e pagamento da indenização pelo dano ambiental decorrente da supressão de vegetação nativa, vislumbrando-se a inexistência de motivos aptos a atrair a continuidade da intervenção ministerial.

**Deliberação:** O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.

**7.2.2. RELATOR-CONSELHEIRO ANTONIO SIUFI NETO:**

**a. Processos retirados de pauta na reunião do dia 3.9.2019, por ausência justificada do Relator:**

**1. Inquérito Civil nº 06.2019.00000698-0**

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Anaurilândia

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Anaurilândia

Assunto: Apurar eventual desvio de finalidade na utilização de bem público em benefício de entidades religiosas.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE ANAURILÂNDIA/MS – PATRIMÔNIO PÚBLICO – DENÚNCIA APÓCRIFA - APURAR IRREGULARIDADE NA UTILIZAÇÃO DE VEÍCULOS PÚBLICOS PARA FINS PARTICULARES EM EVENTOS RELIGIOSOS – AUSÊNCIA DE DECRETO MUNICIPAL REGULAMENTANDO O USO DA FROTA DE VEÍCULOS PÚBLICOS - RECOMENDAÇÃO MINISTERIAL – PUBLICAÇÃO DO DECRETO MUNICIPAL Nº 1473/2019 – REGULAMENTANDO ROTINAS, PROCEDIMENTOS , CONTROLE E USO DA FROTA DE VEÍCULOS PÚBLICOS - IRREGULARIDADES SANADAS - ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA NÃO CARACTERIZADO – ATUAÇÃO MINISTERIAL COM RESOLUTIVIDADE – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Não foi possível vislumbrar as irregularidades noticiadas na denúncia apócrifa, porém, os fatos narrados motivaram a expedição das Recomendações Ministeriais n. 04/2019 e 05/2019, solicitando que o município de Anaurilândia editasse e publicasse um decreto municipal versando sobre a e a vedação de utilização de bens públicos para atendimento de interesses religiosos ou não, proibindo expressamente os funcionários, pertencentes à Municipalidade, de realizar transporte, utilizando bem público municipal à particulares, fiéis ou não, independentemente do segmento religioso, o que foi prontamente atendido com a publicação do Decreto nº 1473/2019. Desse modo, a atuação ministerial demonstrou resolutividade, pois as irregularidades identificadas foram sanadas pelo município de Anaurilândia, não restando verificada a ocorrência de conduta lesiva ou dolo apto a caracterizar ato de improbidade administrativa, devendo a Promoção de Arquivamento ser homologada.

**Deliberação:** O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.

**2. Inquérito Civil nº 06.2018.00002767-0**

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Angélica

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Angélica

Assunto: Apurar eventual fraude na realização do Concurso Público para Provimento de Cargos da Câmara Municipal de Angélica/MS

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE ANGÉLICA/MS - CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS PÚBLICOS NO ÂMBITO DA CÂMARA MUNICIPAL DE ANGÉLICA/MS - EDITAL Nº 001/2018 - IRREGULARIDADES DIVERSAS EM CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ORGANIZADORA DO CERTAME - FALTA DE DIVULGAÇÃO E PUBLICIDADE - QUESTIONAMENTOS ACERCA DA IDONEIDADE DA EMPRESA ORGANIZADORA - DUPLICIDADE DE ENDEREÇOS ELETRÔNICOS - SERVIDORA DA CÂMARA MUNICIPAL QUE PRESIDIU A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO QUANDO DA CONTRATAÇÃO DA EMPRESA ORGANIZADORA E CONCORREU AO CERTAME COMO CANDIDATA - DESMEMBRAMENTO DO FEITO - ATUAÇÃO MINISTERIAL COM RESOLUTIVIDADE

- **PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO - HOMOLOGAÇÃO.** O Inquérito Civil em análise foi instaurado para o fim de apurar diversas irregularidades noticiadas, as quais guardavam em comum o fato de dizerem respeito ao concurso público realizado para provimento de cargos no âmbito da Câmara Municipal de Angélica/MS. Em sede de apuração, verificou-se que as respectivas denúncias não revelaram embasamento quanto à possível falta de publicidade na realização do certame, tampouco se verificou irregularidades acerca da referida duplicidade de endereços eletrônicos da instituição organizadora, bem como não há fatos a serem investigados no âmbito das atribuições do Ministério Público em relação a denúncias genéricas e rasas sobre falta de idoneidade da banca em questão, ou quanto à anulações de questões. Ainda, quanto a possíveis fraudes ocorridas, foi instaurado procedimento de notícia de fato sob o nº 01.2019.00007378-0 com o fito de aprofundamento das investigações. Devido ao caráter satisfativo das medidas adotadas e a resolutividade da atuação ministerial, a homologação da promoção de arquivamento do inquérito civil é medida que se impõe.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.**

### **3. Procedimento Preparatório nº 06.2019.00000345-0**

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Três Lagoas

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Central de Tratamento de Resíduos - CTR Buriti S/A.

Assunto: Apurar a regularidade jurídico-ambiental das atividades exercidas pela empresa CTR Buriti S/A.

**EMENTA:** 1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE TRÊS LAGOAS/MS – DANOS AMBIENTAIS - CENTRAL DE TRATAMENTO DE RESÍDUOS/CTR BURITI S.A - DENÚNCIA APÓCRIFA - AUSÊNCIA DE LICENÇA DE OPERAÇÃO DO EMPREENDIMENTO E DANOS AMBIENTAIS DECORRENTES DA ATIVIDADE – DILIGÊNCIAS REALIZADAS - COMPROVAÇÃO DA REGULARIDADE JURÍDICO-AMBIENTAL DA EMPRESA INVESTIGADA - LICENÇAS AMBIENTAIS E DE OPERAÇÃO VIGENTES - VISTORIAS - COMPROVAÇÃO DE AUSÊNCIA DE DANO AMBIENTAL E DE LESÃO AO MEIO AMBIENTE - ATUAÇÃO DO PARQUET COM RESOLUTIVIDADE - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO - HOMOLOGAÇÃO. Restou verificado através do conjunto fático e probatório acostado aos autos a regularidade jurídico-ambiental da empresa Central de Tratamento de Resíduos-CTR Buriti S/A., mormente através da apresentação/renovação da Licença de Operação, do implemento de novo sistema de tratamento de efluentes instalado na empresa e das vistorias realizadas no local. Desse modo, ao contrário do relatado na denúncia, restou verificado a ausência de emissão de poluentes (chorume) exacerbado decorrente das atividades realizadas pela empresa investigada, a qual encontra-se devidamente licenciada pelos órgãos ambientais competentes. Assim, constatou-se resolutividade na atuação do representante ministerial, vez que concluiu efetivamente que a conduta da empresa investigada não causou dano ambiental passível de ser responsabilizado na seara cível, razão pela qual deve ser homologada a Promoção de Arquivamento.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.**

### **4. Inquérito Civil nº 06.2019.00000408-1**

Promotoria de Justiça do Consumidor da comarca de Coronel Sapucaia

Requerentes: Ministério Público Estadual e CRF/MS – Conselho Regional de Farmácia do Estado de Mato Grosso do Sul

Requeridos: Farmácia Avenida e Luiz Carlos Arantes

Assunto: Apurar eventual irregularidade no funcionamento do estabelecimento comercial denominado “Farmácia Avenida”, situado na Avenida Abílio Espíndola Sobrinho n.º 22, Centro, em Coronel Sapucaia/MS, de propriedade de Luiz Carlos Arantes.

**EMENTA:** INQUÉRITO CIVIL - PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE CORONEL SAPUCAIA/MS - DESCUMPRIMENTO DE NORMAS REGULAMENTARES DA ATIVIDADE FARMACÊUTICA – FARMÁCIA AVENIDA - ESTABELECIMENTO EM FUNCIONAMENTO SEM RESPONSÁVEL TÉCNICO - AUTUAÇÃO PELO CRF/MS - CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIA - DILIGÊNCIAS REALIZADAS - ADOÇÃO DE PROVIDÊNCIAS PELA SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO - VIGILÂNCIA SANITÁRIA - SUPERVENIÊNCIA DA CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAL HABILITADO - ATUAÇÃO MINISTERIAL COM RESOLUTIVIDADE - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGAÇÃO. O Inquérito Civil em análise foi instaurado para o fim de apurar irregularidades noticiadas pelo CRF/MS acerca de autuação realizada na qual se constatou que a Farmácia Avenida, localizada no município de Coronel Sapucaia, mantinha-se em atividade desprovida da atuação profissional farmacêutico. Em sede de apuração, foi instada a Secretaria de Saúde Municipal a fim de apurar a veracidade dos fatos, tendo esta notificado o estabelecimento para que promovesse a contratação de farmacêutico habilitado a figurar na condição de responsável técnico, fato que se verificou supervenientemente. Devido ao caráter satisfativo das medidas adotadas e a resolutividade da atuação ministerial, a homologação da promoção de arquivamento do inquérito civil é medida que se impõe.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.**

**5. Inquérito Civil nº 06.2017.00000644-9**

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Bela Vista

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Manoel dos Santos Viais

Assunto: Apurar eventual prática de improbidade administrativa por Manoel dos Santos Viais em virtude de possível direcionamento de licitação à empresa Veranilce da Silva - ME, por ter apoiado a campanha do requerido à Prefeitura de Caracol em 2016.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE BELA VISTA/MS - LICITAÇÃO - MODALIDADE CONVITE - MUNICÍPIO DE CARACOL/MS - CONTRATAÇÃO DE EMPRESA JORNALÍSTICA PARA PUBLICAÇÃO DE ATOS MUNICIPAIS - DENÚNCIA APÓCRIFA - DIRECIONAMENTO CONCORRENCIAL PARA FAVORECIMENTO DA EMPRESA VERANILCE DA SILVA-ME - JORNAL ESTADO DO PANTANAL - DILIGÊNCIAS REALIZADAS – DOCUMENTAÇÃO CARREADA AOS AUTOS QUE NÃO CORROBORA OS TERMOS DA DENÚNCIA - ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA NÃO CONFIGURADO – ATUAÇÃO MINISTERIAL COM RESOLUTIVIDADE – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO -HOMOLOGAÇÃO. O Inquérito Civil em análise foi instaurado para o fim de apurar irregularidades veiculadas em manifestação apócrifa que deu conta de noticiar direcionamento em licitação promovida pelo município de Caracol/MS para contratação de empresa jornalística com a finalidade de publicar os atos oficiais municipais. Em sede de apuração, os documentos relativos ao procedimento licitatório realizado na modalidade convite não trouxeram qualquer indicativo dos termos superficialmente expostos na denúncia. Devido ao caráter satisfativo das medidas adotadas e a resolutividade da atuação ministerial, a homologação da promoção de arquivamento do inquérito civil é medida que se impõe.

***Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.***

**6. Inquérito Civil nº 06.2018.00001777-2**

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Bela Vista

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Prefeitura Municipal de Bela Vista

Assunto: Apurar irregularidades no processo licitatório n. 90/2015, na modalidade pregão presencial n. 50/2015, pelo sistema de registro de preço, do município de Bela Vista/MS.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE BELA VISTA - PROCESSO LICITATÓRIO - PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA/MS – APURAÇÃO DE IRREGULARIDADES NO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 90/2015 - DUPLICIDADE DE PROCEDIMENTOS - APURAÇÃO DOS MESMOS FATOS NOS INQUÉRITOS CIVIS Nº 06.2018.00000502-1 e 06.2018.00000900-6 - ENUNCIADO 18/2018-CSMP - ATUAÇÃO MINISTERIAL COM RESOLUTIVIDADE - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO -HOMOLOGAÇÃO. Constatou-se a ausência de justa causa para continuidade do feito, vez que as irregularidades concernentes ao procedimento licitatório nº 90/2015 e pregão presencial nº 50/2015, já estão sendo apuradas no bojo dos Inquéritos Civis nº 06. 2018.00000502-1 e 06.2018.00000900-6, instaurados anteriormente, em trâmite na Promotoria de Justiça de Bela Vista/MS. Assim, com fulcro no Enunciado nº 18/2018-CSMP, torna-se necessária a homologação de arquivamento do presente, a fim de se evitar a duplicidade de procedimentos investigando casos análogos. Desse modo, não subsistem motivos para o prosseguimento do feito, sendo que a homologação do arquivamento afigura-se de rigor.

***Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.***

**7. Inquérito Civil nº 06.2019.00000922-8**

1ª Promotoria de Justiça da Habitação e Urbanismo da comarca de Ponta Porã

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: William Lencina Lima e Prime Lounge Bar

Assunto: Apurar as condições sanitárias e a observância à legislação urbanística do estabelecimento comercial denominado "BAR PRIME".

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - 1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE PONTA PORÃ/MS - MUNICÍPIO DE ANTÔNIO JOÃO – IRREGULARIDADES PRATICADAS POR ESTABELECIMENTO COMERCIAL PRIME LOUNGE BAR - FORMALIZAÇÃO DE TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA - INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO PARA ACOPANHAMENTO DO TAC - RESOLUÇÃO Nº 005/CPJ/2015 - ATUAÇÃO MINISTERIAL COM RESOLUTIVIDADE - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGAÇÃO. O artigo 3º da Resolução nº 005/CPJ/2015 do Colégio de Procuradores de Justiça passou a prever a possibilidade de instauração de Procedimentos Administrativos para acompanhamento de TACs celebrados no bojo dos Inquéritos Civis ou de Procedimentos Preparatórios, possibilitando assim, o arquivamento dos autos principais. O caso em tela se enquadra nessa possibilidade, haja vista que o presente inquérito civil possui TAC

celebrados entre as partes envolvidas, e, já foi instaurado o Procedimento Administrativo no SAJ/MP para acompanhamento, razão pela qual deve ser homologada a Promoção de Arquivamento.

***Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.***

## **8. Inquérito Civil nº 06.2018.00002675-0**

1ª Promotoria de Justiça dos Direitos Constitucionais do Cidadão da comarca de Ponta Porã

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Antônio João

Assunto: Apurar estruturação material e humana, bem como a adequação e eficiência na execução dos serviços socioassistenciais de proteção básica prestados especialmente pelo Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) e pelo Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS).

EMENTA: 1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE PONTA PORÃ/MS – MUNICÍPIO DE ANTÔNIO JOÃO - IRREGULARIDADES CONCERNENTES AO FUNCIONAMENTO DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL/SUAS- NECESSIDADE DE ELABORAÇÃO DE PLANO DE AÇÃO – DILIGÊNCIAS REALIZADAS – FORMALIZAÇÃO DE TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA – INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO PARA ACOMPANHAMENTO DO TAC - RESOLUÇÃO Nº 005/CPJ/2015 – ATUAÇÃO MINISTERIAL COM RESOLUTIVIDADE - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO – HOMOLOGAÇÃO. O artigo 3º da Resolução nº 005/CPJ/2015 do Colégio de Procuradores de Justiça passou a prever a possibilidade de instauração de Procedimentos Administrativos para acompanhamento de TACs celebrados no bojo dos Inquéritos Cíveis ou de Procedimentos Preparatórios, possibilitando assim, o arquivamento dos autos principais. O caso em tela se enquadra nessa possibilidade, haja vista que o presente inquérito civil possui TAC celebrados entre as partes envolvidas, e, já foi instaurado o Procedimento Administrativo no SAJ/MP para acompanhamento, razão pela qual deve ser homologada a Promoção de Arquivamento.

***Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.***

### **b. Processos:**

#### **1. Inquérito Civil nº 06.2018.00002531-7**

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Coronel Sapucaia

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Alfredo Gonçalves Dias - ME

assunto: Apurar informações que aduzem a prática de infração ambiental perpetrada pela empresa Alfredo Gonçalves Dias - ME, localizada no município de Coronel Sapucaia/MS.

EMENTA: PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE CORONEL SAPUCAIA/MS – MEIO AMBIENTE - APURAR POSSÍVEL INFRAÇÃO AMBIENTAL - DEPÓSITO DE MADEIRA SEM DOCUMENTO DE ORIGEM FLORESTAL - EMPRESA ALFREDO GONÇALVES DIAS-ME - DILIGÊNCIAS REALIZADAS – COMPROVAÇÃO DA ORIGEM DO MATERIAL LENHOSO - AUSÊNCIA DE LESÃO AO MEIO AMBIENTE - VISTORIA REALIZADA PELA POLÍCIA MILITAR AMBIENTAL - ENCERRAMENTO DAS ATIVIDADES DA EMPRESA INVESTIGADA - REGULARIDADE AMBIENTAL - ATUAÇÃO DO *PARQUET* COM RESOLUTIVIDADE - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO - HOMOLOGAÇÃO. Restou verificado através das diligências encetadas aos autos a ausência de lesão ou ameaça ao meio ambiente perpetrada pela empresa investigada, vez que, restou demonstrada a origem do material lenhoso, ora investigado, e ainda o encerramento das atividades realizadas pela Alfredo Dias Gonçalves - ME, não havendo dano ambiental passível de compensação ou de ajuizamento de ação civil pública. Desse modo, constatou-se resolutividade na atuação do representante ministerial, razão pela qual deve ser homologada a Promoção de Arquivamento.

***Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.***

#### **2. Inquérito Civil nº 06.2018.00000227-9**

2ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Rio Brilhante

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Donato Lopes da Silva, Modesto Aquino Filho e Nathaly Cabelo Miras Queiroz

Assunto: Apurar eventual prática de ato de improbidade administrativa que importa enriquecimento ilícito, causa prejuízo ao erário e atenta contra os princípios da Administração Pública, consistente em superfaturamento, fraude e direcionamento de procedimento licitatório.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - 2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE RIO BRILHANTE/MS - LICITAÇÃO - REGISTRO DE PREÇOS - MUNICÍPIO DE RIO BRILHANTE/MS - CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE AR-CONDICIONADO - DENÚNCIA APÓCRIFA -

FRAUDE E DIRECIONAMENTO CONCORRENCIAL PARA FAVORECIMENTO DA EMPRESA NATHALY CABELO MIRAS QUEIROZ-ME – DILIGÊNCIAS REALIZADAS - CONJUNTO PROBATÓRIO QUE NÃO CORROBORA OS TERMOS DA DENÚNCIA - ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA NÃO CONFIGURADO - ATUAÇÃO MINISTERIAL COM RESOLUTIVIDADE - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGAÇÃO. O Inquérito Civil em análise foi instaurado para o fim de apurar irregularidades veiculadas em manifestação apócrifa que deu conta de noticiar direcionamento em licitação promovida pelo município de Rio Brilhante/MS para contratação de serviços de manutenção em aparelhos de ar condicionado. Em sede de apuração, os documentos relativos ao procedimento licitatório realizado não trouxeram qualquer indicativo dos termos superficialmente expostos na denúncia. Devido ao caráter satisfativo das medidas adotadas e a resolutividade da atuação ministerial, a homologação da promoção de arquivamento do inquérito civil é medida que se impõe.

***Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.***

### **3. Procedimento Preparatório nº 06.2019.00000532-5**

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Três Lagoas

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Lava Jato - Rua Egídio Thomé, na cidade de Três Lagoas/MS

Assunto: Apurar dano ambiental decorrente de empreendimento potencialmente poluidor encontrar-se em funcionamento sem autorização ou Licença ambiental do órgão competente.

EMENTA: 1ª PROMOTÓRIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE TRÊS LAGOAS/MS – DENÚNCIA - FUNCIONAMENTO CLANDESTINO DE LAVA-JATO - POTENCIALMENTE POLUIDOR - AUSÊNCIA DE LICENÇAS AMBIENTAIS E DE OPERAÇÃO VISTÓRIAS SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E AGRONEGÓCIO - COMPROVAÇÃO DO ENCERRAMENTO DAS ATIVIDADES - AUSÊNCIA DE LESÃO AO MEIO AMBIENTE - ATUAÇÃO DO *PARQUET* COM RESOLUTIVIDADE - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGAÇÃO. As vistórias realizadas pela Prefeitura Municipal de Três Lagoas, através da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Agronegócios, evidenciaram que o responsável pelo lava-jato clandestino, encerrou suas atividades, recolhendo suas instalações, demonstrando assim, que as atividades irregulares e insalubres que deram azo a instrução do presente procedimento preparatório, não mais persistem. Desse modo, constatou-se resolutividade na atuação do representante ministerial, vez que os danos ambientais denunciados foram sanados, razão pela qual deve ser homologada a Promoção de Arquivamento.

***Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.***

### **7.2.3. RELATOR-CONSELHEIRO BELMIREZ SOLES RIBEIRO:**

#### **1. Recurso Administrativo em Notícia de Fato nº 01.2018.00009905-4**

67ª Promotoria de Justiça dos Direitos Humanos da comarca de Campo Grande MS

Recorrente: Renata Bossoi Moreira Costa

Recorrido: Ministério Público Estadual

Assunto: Recurso Administrativo contra o despacho de arquivamento da Notícia de Fato.

EMENTA: RECURSO ADMINISTRATIVO CONTRA A DECISÃO DE ARQUIVAMENTO DE NOTÍCIA DE FATO - COMARCA DE CAMPO GRANDE/MS - RECLAMAÇÃO QUE NOTICIOU EVENTUAL AUSÊNCIA DE VAGAS PARA PcD E IDOSOS - DILIGÊNCIAS REALIZADAS - IMPROVIMENTO DO RECURSO ADMINISTRATIVO - MANUTENÇÃO DO ARQUIVAMENTO DA NOTÍCIA DE FATO. Assim, denota-se a ausência de justa causa para a continuidade do feito, uma vez que já existe a vaga em frente ao Colégio Dom Bosco, a qual é de curta duração, consoante determina o Contran, bem como ante a existência de outras 3 vagas para PcD nas proximidades do colégio em questão, as quais não são de curta duração. Ademais, constatou-se que foi solucionada a questão da vaga de idoso na rodoviária de Campo Grande/MS, sendo obrigatório o uso de cartão. Ademais, o referido cartão de estacionamento para Idosos e PcD tem validade em todo o País, permitindo que a pessoa que o transporte, desde que na posse do cartão, também possa estacionar.

***Deliberação: O Conselho, à unanimidade, votou pelo improvimento do recurso e manteve o arquivamento dos autos, nos termos do voto do Relator.***

#### **2. Procedimento Preparatório nº 06.2018.00002562-8**

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Chapadão do Sul

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Prefeitura Municipal de Chapadão do Sul

Assunto: Apurar suposta ilegalidade consistente na utilização irregular, por parte do Poder Executivo do Município de Chapadão do Sul/MS, de recursos repassados pelo Fundo Nacional de Saúde, com o fim de ordenar despesas referentes a

internações psiquiátricas.

EMENTA: PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO – COMARCA DE CHAPADÃO DO SUL/MS - APURAR SUPOSTA ILEGALIDADE CONSISTENTE NA UTILIZAÇÃO IRREGULAR, POR PARTE DO PODER EXECUTIVO DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO SUL/MS, DE RECURSOS REPASSADOS PELO FUNDO NACIONAL DE SAÚDE, COM O FIM DE ORDENAR DESPESAS REFERENTES A INTERNAÇÕES PSIQUIÁTRICAS - CUMPRIMENTO DE DECISÃO JUDICIAL - INEXISTÊNCIA DE IRREGULARIDADES - AUSÊNCIA DE JUSTA CAUSA - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO - HOMOLOGAÇÃO. Compulsando os autos, denota-se que não se constatou irregularidade no uso de recursos provenientes do Fundo Municipal de Saúde, notadamente pelo fato de a Lei Complementar nº 141/2012, a qual é o instrumento que regula o financiamento mínimo da saúde, não vedar a hipótese de tais recursos custearem as internações psiquiátricas. Ademais, verificou-se que as internações psiquiátricas em questão foram decorrentes de decisão judicial, a qual impôs a multa diária de R\$ 1.000,00 (um mil reais) pelo descumprimento. Dessa forma, em não subsistindo elemento para o prosseguimento do presente procedimento, uma vez que não restou demonstrado que o cumprimento das decisões judiciais tenha causado prejuízo ao erário, malversação de dinheiro público ou prática de ato de improbidade administrativa, impõe-se o seu arquivamento.

***Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.***

### **3. Procedimento Preparatório nº 06.2018.00002737-0**

25ª Promotoria de Justiça do Consumidor da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Adriana Omine Fernandes

Assunto: Apurar eventuais irregularidades na realização de tratamento estético exclusivo da área médica.

EMENTA: PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO - 25ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE CAMPO GRANDE/MS - APURAR EVENTUAIS IRREGULARIDADES NA REALIZAÇÃO DE TRATAMENTO ESTÉTICO EXCLUSIVO DA ÁREA MÉDICA - DILIGÊNCIAS REALIZADAS - ATUAÇÃO EM CONFORMIDADE COM AS ATRIBUIÇÕES (FISIOTERAPIA DERMATOFUNCIONAL) - ENUNCIADO Nº 01/2012 - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Restou apurado no decorrer das investigações, a requerida Adriana Omine Fernandes possui dois campos de formação profissional, enfermagem e fisioterapia e, devidamente analisada, a sua atividade insere-se no âmbito da Fisioterapia Dermatofuncional, a qual encontra respaldo no Acórdão n. 293/2012 do Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Dermatofuncional, que versa sobre os requisitos necessários que os profissionais de fisioterapia devem atender para aplicação de cada procedimento (laser, luz intensa pulsada, radiofrequência, carboxiterapia e peelings). Assim, não havendo que falar que a requerida agiu em desacordo com suas atribuições, bem como ante a inexistência de notícias sobre lesão à coletividade de consumidores no caso em comento, impõe-se a homologação da promoção de arquivamento.

***Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.***

#### **7.2.4. RELATOR-CONSELHEIRO JOÃO ALBINO CARDOSO:**

##### **1. Inquérito Civil nº 06.2016.00000625-6**

57ª Promotoria de Justiça da Cidadania da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Campo Grande

Assunto: Apurar possíveis irregularidades no cumprimento da Lei Municipal nº 7.502/13, que dispõe sobre o serviço de fisioterapia domiciliar no âmbito do Município de Campo Grande.

***Retirado de pauta em razão da ausência justificada do Relator.***

##### **2. Procedimento Preparatório nº 06.2019.00000617-9**

2ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Ivinhema

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventuais problemas estruturais na Escola Municipal Rural Benedita Figueiró, em razão da falta de manutenção.

***Retirado de pauta em razão da ausência justificada do Relator.***

##### **3. Inquérito Civil nº 06.2018.00000843-0**

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Naviraí

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Naviraí



Assunto: Apurar os fatos contidos no Ofício 042/2016 CONCIDADE/NAVIRAÍ, relativo a fiscalização pelo Município em relação ao cumprimento das exigências do Código de Obras e de Postura.

***Retirado de pauta em razão da ausência justificada do Relator.***

**4. Inquérito Civil nº 06.2018.00002633-8**

10ª Promotoria de Justiça dos Direitos Constitucionais do Cidadão da comarca de Dourados

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Município de Dourados, Secretaria Municipal de Saúde Assunto: Apurar eventual omissão da Secretaria Municipal de Saúde e Município de Dourados em elaborar e fazer cumprir, via ato regulamentar, um protocolo para disponibilização de profissionais médicos e profissionais de enfermagem para realizar acompanhamento de transferências intra e interhospitalares, inclusive a níveis intermunicipal e interestadual, de pacientes em internação hospitalar perante o Sistema Único de Saúde.

***Retirado de pauta em razão da ausência justificada do Relator.***

**5. Inquérito Civil nº 06.2018.00001584-1**

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bela Vista

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Associação Rancho Amigos do Peito

Assunto: Apurar dano ambiental causado no imóvel Rancho Amigos do

Peito de propriedade da Associação Rancho Amigos do Peito, às margens do Rio Apa.

***Retirado de pauta em razão da ausência justificada do Relator.***

**6. Inquérito Civil nº 06.2018.00001630-7**

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bela Vista

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Eltecelino Rubert Stefanello e outra

Assunto: Apurar dano ambiental causado no imóvel Fazenda Barreiro Preto de propriedade de Eltecelino Rubert Stefanello e outra, às margens do Rio Apa.

***Retirado de pauta em razão da ausência justificada do Relator.***

**7. Procedimento Preparatório nº 06.2019.00000242-8**

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Terenos

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar possível ato de improbidade administrativa por servidores do Departamento de Saúde.

***Retirado de pauta em razão da ausência justificada do Relator.***

**8. Inquérito Civil nº 06.2018.00001644-0**

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bela Vista

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Fazenda Redomão, Aramis Galeano Brandão

Assunto: Apurar dano ambiental causado no imóvel Fazenda Redomão de propriedade de Aramis Galeano Brandão e outra, às margens do Rio Apa.

***Retirado de pauta em razão da ausência justificada do Relator.***

**9. Inquérito Civil nº 06.2019.00000747-8**

34ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Restaurante Nazca

Assunto: Apurar a instalação e a operação do empreendimento NAZCA, sem licença ou autorização ambiental ou contrariando as normas legais e regulamentares pertinentes com apresentação de música ao vivo.

***Retirado de pauta em razão da ausência justificada do Relator.***

**7.2.5. RELATOR-CONSELHEIRO FRANCISCO NEVES JÚNIOR:**

**1. Inquérito Civil nº 06.2016.00000843-2**

2ª Promotoria de Justiça do Consumidor da comarca de Aquidauana

Requerentes: Wezer Alves Rodrigues e Luzia Eliete Flores Louveira da Cunha

Requerida: Prefeitura Municipal de Aquidauana

Assunto: Apurar falta de merenda, bens essenciais e serviços de manutenção das instituições de ensino do Município.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – PATRIMÔNIO PÚBLICO – OMISSÃO DO MUNICÍPIO NA IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS RELACIONADAS À EDUCAÇÃO – FALTA DE MERENDA, BENS ESSENCIAIS E SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO NOS PRÉDIOS ESCOLARES – IRREGULARIDADES SANADAS – INTERVENÇÃO POSITIVA E EFICAZ DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL – FALTA DE JUSTA CAUSA – ATUAÇÃO RESOLUTIVA DO *PARQUET* DE PISO – ARQUIVAMENTO – HOMOLOGAÇÃO. Esgotadas todas as diligências com a demonstração da atuação positiva e eficaz da Administração requerida na implementação de políticas públicas relacionadas à educação, sem que tenha remanescido sobressalente a ocorrência de omissão deliberada ou a prática de atos incompatíveis com a gestão do erário, exsurge imponente o convencimento da inexistência de fundamento para a tutela coletiva pelo *Parquet*.

**Deliberação:** O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.

## 2. Inquérito Civil nº 06.2016.00000700-0

31ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

Requerente: Secretaria Municipal de Saúde Pública de Campo Grande

Requerido: Elio Ferraz Salvador Filho

Assunto: Apurar eventual ato de improbidade administrativa praticado, em tese, pelo médico Elio Ferraz Salvador Filho, o qual teria falsificado atestados médicos no ano de 2013 conforme apuração no Processo de Sindicância n. 22457/2014-35 da Secretaria Municipal de Saúde Pública.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – PATRIMÔNIO PÚBLICO – IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA – IRREGULARIDADE FUNCIONAL – PENALIDADE DISCIPLINAR – APRESENTAÇÃO DE ATESTADO CONTRAFEITO PARA JUSTIFICAR AUSÊNCIA AO SERVIÇO – TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA FIRMADO – RESSARCIMENTO AO ERÁRIO – MULTA CIVIL – PROVIDÊNCIAS CÉLERES E PROPORCIONAIS À PRÁTICA VERGASTADA – OBRIGAÇÕES QUE DEMANDAM FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO – INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO DE CONTROLE – ARQUIVAMENTO DO APURATÓRIO DE ORIGEM – HOMOLOGAÇÃO. A par das alterações introduzidas na Resolução n.º 015/2007-CPJ, pela normativa de n.º 005/2019-CPJ, que passou a dispor, expressamente, ser cabível o compromisso de ajustamento de conduta nos casos que envolvam improbidade administrativa, exsurge imponente o convencimento da inexistência de plausibilidade para a manutenção do apuratório de origem se, na *démarche* inquisitorial, sobreveio a pactuação de avença para a aplicação célere e proporcional de sanção suficiente à prevenção e repressão da prática acoimada ilegal, cujo adimplemento será aquilatado em procedimento administrativo específico, através do sistema de processo eletrônico SAJ/MS.

**Deliberação:** O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.

## 3. Inquérito Civil nº 06.2017.00000937-9

31ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

Requerente: Vereador Eduardo Romero

Requerido: João Valter de Vasconcelos, Prefeitura Municipal de Campo Grande/MS, Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos, JW Serviços e Construções - atual Diferencial Serviços e Construções Ltda., Semy Alves Ferraz

Assunto: Apurar eventuais irregularidades na Concorrência nº 128/2012 que teve por objeto a construção da "Escola Padrão" no bairro Parati, situada na Rua Paulo Arashiro com as Ruas Maria Garbini e Ary Mattoso.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – PATRIMÔNIO PÚBLICO – IMPROBIDADE – DEMORA NA CONCLUSÃO DE OBRA PÚBLICA – PARALISAÇÕES JUSTIFICADAS PELAS DIFICULDADES FINANCEIRAS SUPOSTAS PELA ADMINISTRAÇÃO – IRREGULARIDADES NÃO CONSTATADAS – FALTA DE JUSTA CAUSA – ATUAÇÃO RESOLUTIVA DO *PARQUET* DE PISO – ARQUIVAMENTO – HOMOLOGAÇÃO. Esgotadas todas as diligências com a demonstração de que o atraso no conclusão das obras objeto da investigação encontra justificativa nos percalços financeiros suportados pela Administração desde o início da construção, sem que tenha remanescido sobressalente qualquer indicativo da prática de atos incompatíveis com a gestão da coisa pública e/ou com a moralidade administrativa, exsurge imponente o convencimento da inexistência de fundamento para a tutela coletiva.

**Deliberação:** O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.

## 4. Procedimento Preparatório nº 06.2018.00000889-5 – SIGILOSO

50ª Promotoria de Justiça da Execução Penal da comarca de Campo Grande

***Deliberação: O Conselho, à unanimidade, converteu o julgamento em diligência e determinou o retorno dos autos à Promotoria de Justiça de origem, nos termos do voto do Relator.***

#### **5. Inquérito Civil nº 06.2018.00002128-7**

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Anaurilândia

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Prefeitura Municipal de Anaurilândia

Assunto: Verificar a aplicação de recursos financeiros da Prefeitura Municipal de Anaurilândia em eventual acordo formulado com a CESP – Companhia Energética do Estado de São Paulo.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – DESARQUIVAMENTO PARA CELEBRAÇÃO DE TERMO ADITIVO NO TAC DANTES FIRMADO, QUE SUBSIDIOU A ULTIMAÇÃO DA INVESTIGAÇÃO E A DEFLAGRAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO PARA FISCALIZAÇÃO DA AVENÇA – DESNECESSIDADE – DEVOLUÇÃO À ORIGEM – NÃO CONHECIMENTO. Não obstante se reconheça, diante da sua natureza consensual, possa ser revisto a qualquer tempo, acaso tenha sido lacunoso ou deixado de regulamentar determinado ponto relevante, as alterações posteriores do termo pactuado no bojo do inquisitorial, ipso facto, arquivado, não têm o condão de justificar a reabertura da investigação originária, tampouco a promoção de novo arquivamento.

***Deliberação: O Conselho, à unanimidade, não conheceu da promoção de arquivamento e determinou a devolução dos autos à origem, nos termos do voto do Relator.***

#### **6. Procedimento Preparatório nº 06.2019.00000280-6**

49ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público, das Fundações e Entidades de Interesse Social da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar falta de prestação de contas da Associação Fundação C.A.S.A., referente ao recebimento de verba pública decorrente de emenda parlamentar, bem como utilização diversa daquela prevista no Projeto de Execução.

***Deliberação: O Conselho, à unanimidade, converteu o julgamento em diligência e determinou o retorno dos autos à Promotoria de Justiça de origem, nos termos do voto do Relator.***

### **7.2.6. RELATOR-CONSELHEIRO SILASNEITON GONÇALVES**

#### **1. Procedimento Preparatório nº 06.2018.00002823-6**

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Nova Alvorada do Sul

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Rede de esgoto.

EMENTA: PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO. REDE DE ESGOTO. TRANSBORDO EM UMA TAMPA DE ESGOTO LOCALIZADA NA ROTATÓRIA DO CRUZAMENTO ENTRE A AVENIDA IRINEU DE SOUZA ARAÚJO E AVENIDA JOFRE DE ARAÚJO, NO MUNICÍPIO DE NOVA ALVORADA DO SUL/MS. IRREGULARIDADES SANADAS PELA SANESUL. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Compulsando os autos, verifica-se que a denúncia registrada na Ouvidoria do Ministério Público Estadual noticia possível transbordo em uma tampa de esgoto localizada na rotatória do cruzamento entre a Avenida Irineu de Souza Araújo e Avenida Jofre de Araújo, no Município de Nova Alvorada do Sul/MS (fls. 06/07). No decorrer do procedimento, as irregularidades que originaram a presente investigação foram devidamente sanadas, uma vez que a SANESUL confirmou que de fato houve o extravasamento de esgoto e que o problema já foi solucionado através da interligação da antiga rede pertencente à Prefeitura com a nova rede da empresa, de modo que não ocorreu nenhum episódio de extravasamento depois que as providências foram adotadas. Assim, inexistindo razões suficientes para o prosseguimento deste procedimento e/ou para a propositura de ação civil pública, vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

***Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.***

#### **2. Inquérito Civil nº 06.2018.00002816-9**

Promotoria de Justiça do Consumidor da comarca de Água Clara

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Água Clara

Assunto: Fiscalizar a criação e implantação do Procon Municipal em Água Clara/MS e do Fundo Municipal de Defesa dos Direitos do Consumidor.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL. FISCALIZAR A CRIAÇÃO E IMPLANTAÇÃO DO PROCON MUNICIPAL EM

ÁGUA CLARA/MS E DO FUNDO MUNICIPAL DE DEFESA DOS DIREITOS DO CONSUMIDOR. RECOMENDAÇÃO ACATADA. IRREGULARIDADES SANADAS. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Compulsando os autos, verifica-se que o objeto do feito está esgotado, porquanto as irregularidades que originaram a presente investigação foram devidamente sanadas, uma vez que o Município de Água Clara/MS acatou e cumpriu a Recomendação expedida pelo Ministério Público Estadual às fls. 31-35. Assim, vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

***Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.***

### **3. Inquérito Civil nº 06.2018.00002160-0**

5ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Corumbá

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Francy Laura de Moraes

Assunto: Apurar eventuais irregularidades na Secretaria Municipal de Educação de Ladário/MS, no setor de Recursos Humanos e na Câmara Municipal, quanto a desvios de função e favorecimento de servidores municipais que, mesmo sem cumprir a sua carga horária de trabalho ou afastados de suas funções, continuam a receber remunerações.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL. APURAR EVENTUAIS IRREGULARIDADES NA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE LADÁRIO/MS, NO SETOR DE RECURSOS HUMANOS E NA CÂMARA MUNICIPAL, QUANTO A DESVIOS DE FUNÇÃO E FAVORECIMENTO DE SERVIDORES MUNICIPAIS QUE, MESMO SEM CUMPRIR A SUA CARGA HORÁRIA DE TRABALHO OU AFASTADOS DE SUAS FUNÇÕES, CONTINUAM A RECEBER REMUNERAÇÕES. CELEBRAÇÃO DE TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA. INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO. SISTEMA DE PROCESSO ELETRÔNICO SAJ/MP. ENUNCIADO Nº 09/CSMP E ARTS. 26, 38 E 39, DA RESOLUÇÃO N.º 15/2007-PGJ. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Analisando os autos, nota-se que foi firmado Termo de Ajustamento de Conduta com Francy Laura de Moraes, em conformidade com as exigências da Resolução nº 15/2007-PGJ, restando apenas o seu acompanhamento e fiscalização, inexistindo outras medidas a serem adotadas dentro do presente procedimento. Ademais, nos termos do art. 39, da Resolução nº 15/2007, da Procuradoria-Geral de Justiça, a Promotoria de Justiça de origem instaurou o Procedimento Administrativo nº 09.2019.00001013-9, para acompanhamento e fiscalização do cumprimento integral das cláusulas do TAC firmado, em observância à redação do Enunciado nº 9 do Conselho Superior do Ministério Público. Assim, vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

***Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.***

### **4. Inquérito Civil nº 06.2019.00000935-4**

34ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Restaurante Senac

Assunto: Apurar a execução de som ambiente, pelo empreendimento Restaurante SENAC, sem licença ou autorização ambiental ou contrariando as normas legais e regulamentares pertinentes.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL. APURAR A EXECUÇÃO DE SOM AMBIENTE, PELO EMPREENDIMENTO RESTAURANTE SENAC, SEM LICENÇA OU AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL OU CONTRARIANDO AS NORMAS LEGAIS E REGULAMENTARES PERTINENTES. IRREGULARIDADES NÃO CONFIGURADAS. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Compulsando os autos, verifica-se que o objeto do feito está esgotado, porquanto as irregularidades apontadas na denúncia com relação ao Restaurante do SENAC não se confirmaram. Isso porque, conforme informações prestadas pela SEMADUR, o estabelecimento investigado trabalha com reprodução mecânica de músicas em som ambiente, em volume não perceptível no exterior da edificação, não havendo nenhum tipo de efetiva poluição capaz de causar degradação ambiental, não havendo necessidade de licenciamento ambiental. Além disso, conforme informação contida no sítio eletrônico do Restaurante do SENAC, o estabelecimento opera somente até às 22h. Por outro lado, o estabelecimento está de acordo com os limites de uso e ocupação do solo urbano impostos pela Lei Complementar Municipal nº 74/2005, conforme informações prestadas pela SEMADUR e acatadas pela Promotoria de Justiça. Dessa forma, inexistindo razões suficientes para o prosseguimento deste procedimento e/ou para a propositura de ação civil pública, vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

***Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.***

### **5. Inquérito Civil nº 06.2018.00001445-3**

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Coxim

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Município de Coxim, K C de Almeida Andrade (Lig Luz Materiais Elétricos), Construções e Serviços Zap

Ltda, Givanildo Freitas e Cia Ltda - Construtora Freitas

Assunto: Apurar eventuais irregularidades nas contratações por parte da Prefeitura Municipal de Coxim, das empresas Lig Luz Materiais Elétricos, Construções e Serviços Zap/Ltda-ME e Givanildo Freitas & Cia Ltda-ME, e atos de improbidade administrativa daí decorrentes.

**EMENTA: INQUÉRITO CIVIL. APURAR EVENTUAIS IRREGULARIDADES NAS CONTRATAÇÕES POR PARTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE COXIM, DAS EMPRESAS LIG LUZ MATERIAIS ELÉTRICOS, CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS ZAP LTDAME E GIVANILDO FREITAS & CIA LTDA-ME, E ATOS DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA DAÍ DECORRENTES. INEXISTÊNCIA DE IRREGULARIDADES A SEREM SANADAS. IRREGULARIDADES NÃO CONFIGURADAS. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA.** Analisando os autos, verifica-se que o objeto do feito está esgotado, porquanto as irregularidades inicialmente apontadas não se confirmaram, bem como as demais matérias envolvidas na denúncia originada da Ouvidoria do MPMS encontram-se sob investigação em apartado pela Promotoria de Justiça de origem e pela Procuradoria-Geral de Justiça. Assim, ausentes os fundamentos necessários para a continuidade das diligências ou instauração de ação judicial cabível vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

***Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.***

#### **6. Procedimento Preparatório nº 06.2018.00001275-5**

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Nova Alvorada do Sul

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventual irregularidade consistente na utilização indevida de veículo oficial da Prefeitura Municipal de Nova Alvorada do Sul, não cumprimento do expediente e exercício de atividade de advocacia privada em instalações públicas por parte de Procurador do Município.

**EMENTA: PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO. APURAR EVENTUAL IRREGULARIDADE CONSISTENTE NA UTILIZAÇÃO INDEVIDA DE VEÍCULO OFICIAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA ALVORADA DO SUL, NÃO CUMPRIMENTO DO EXPEDIENTE E EXERCÍCIO DE ATIVIDADE DE ADVOCACIA PRIVADA EM INSTALAÇÕES PÚBLICAS POR PARTE DE PROCURADOR DO MUNICÍPIO. INEXISTÊNCIA DE IRREGULARIDADES A SEREM SANADAS. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA.** Compulsando os autos, verifica-se que as irregularidades inicialmente apontadas não se confirmaram. Em primeiro lugar, não há elementos de prova nos autos que apontem indícios de utilização indevida de veículo oficial da Prefeitura Municipal de Nova Alvorada do Sul pelo assessor jurídico Oliveira Sérgio Borges, uma vez que o veículo oficial é utilizado para conduzir o referido assessor jurídico exclusivamente em função do serviço público correspondente, que, conforme afirmado pelo Município, “exige deslocamentos frequentes para Fóruns, INSS, Receita Federal, Estadual, audiências diversas, sempre durante os dias úteis, sendo que o assessor mencionado não recebe qualquer espécie de diária para tais viagens” (fl. 15). Também não há indícios de irregularidades no não cumprimento do expediente pelo assessor, uma vez que o controle rigoroso do expediente é incompatível com a função de advogado público. Por fim, não há falar em irregularidades no exercício de atividade de advocacia privada em instalações públicas por parte de Procurador do Município conquanto não exercida em desfavor do ente público que o remunera. E, nesse ponto, tanto não há manifestação do denunciante de que o assessor jurídico esteja exercendo advocacia privada em desfavor do Município de Nova Alvorada do Sul quanto não há nenhuma prova nos autos nesse sentido. Assim, inexistindo razões suficientes para o prosseguimento deste procedimento e/ou para a propositura de ação civil pública vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

***Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.***

#### **7. Procedimento Preparatório nº 06.2019.00000467-0**

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Nova Alvorada do Sul

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventual direcionamento na contratação da empresa Jailson Coutinho ME e consequente superfaturamento em tal contratação.

**EMENTA: PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO. APURAR EVENTUAL DIRECIONAMENTO NA CONTRATAÇÃO DA EMPRESA JAILSON COUTINHO ME E CONSEQUENTE SUPERFATURAMENTO EM TAL CONTRATAÇÃO. INEXISTÊNCIA DE IRREGULARIDADES A SEREM SANADAS. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA.** Compulsando os autos, verifica-se que as irregularidades inicialmente apontadas não se confirmaram, tendo em vista que não há elementos nos autos que apontem indícios de irregularidades tanto na contratação da empresa requerida para prestação de serviços de digitalização de contratos e alimentação no portal de

transparência, digitalização de editais e software via web e aplicativos para celular e "tablete" para consolidação da legislação municipal com mão de obra para inserir as leis e decretos em Nova Alvorada do Sul/MS, como na ausência de divulgação do processo licitatório, estando ainda registrado de forma correta na modalidade de carta convite, tendo em vista o valor estipulado para o contrato ser menor que o estabelecido na Lei de Licitações. Por essas razões, vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

***Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.***

#### **8. Inquérito Civil nº 06.2017.00001639-1**

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bandeirantes

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Armazém de Cereais Carol

Assunto: Apurar possível poluição ambiental causada pela CAROL ARMAZÉNS GERAIS LTDA, em Bandeirantes.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL. APURAR POSSÍVEL POLUIÇÃO AMBIENTAL CAUSADA PELA CAROL ARMAZÉNS GERAIS LTDA, EM BANDEIRANTES/MS. IRREGULARIDADES SANADAS. ATUAÇÃO MINISTERIAL COM RESOLUTIVIDADE. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Compulsando os autos, verifica-se que o objeto do feito está esgotado, porquanto constado que as irregularidades que originaram a presente investigação foram sanadas após a atuação ministerial, o que ficou comprovado pelo relatório de vistoria realizado pelo IMASUL (fls. 58-63) e documentos de fls. 132-142. Assim, vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

***Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.***

#### **9. Inquérito Civil nº 06.2019.00000176-2**

2ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Naviraí

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar a notícia da ocorrência de ato de improbidade administrativa supostamente havida no procedimento licitatório carta convite n 01/2017 da Prefeitura Municipal de Naviraí.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL. APURAR A NOTÍCIA DA OCORRÊNCIA DE ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA SUPOSTAMENTE HAVIDA NO PROCEDIMENTO LICITATÓRIO CARTA CONVITE N 01/2017 DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVIRAÍ. INEXISTÊNCIA DE IRREGULARIDADES A SEREM SANADAS. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Compulsando os autos, tem-se que o objeto do feito resta esgotado, porquanto as irregularidades inicialmente apontadas não se confirmaram, tendo em vista que não há elementos nos autos que apontem indícios de irregularidades tanto na contratação da empresa "SMARAPD INFORMÁTICA LTDA" para prestação de serviços de impressão e montagem de carnês de IPTU – Imposto Predial e Territorial Urbano, do município de Naviraí-MS, para o exercício de 2017. Por essas razões, vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

***Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.***

#### **7.2.7. RELATOR-CONSELHEIRO ALEXANDRE LIMA RASLAN:**

##### **1. Inquérito Civil nº 06.2017.00000820-3**

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Bandeirantes

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar as circunstâncias de eventual desatendimento da Secretária Municipal de Finanças à convocação da Câmara Municipal para comparecimento em sessão realizada naquela Casa de Leis.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – APURAR AS CIRCUNSTÂNCIAS DE EVENTUAL DESATENDIMENTO DA SECRETÁRIA MUNICIPAL DE FINANÇAS À CONVOCAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL PARA COMPARECIMENTO EM SESSÃO REALIZADA NAQUELA CASA DE LEIS – AUSÊNCIA DE INTERESSE DO MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL PARA ATUAR – OBJETO ESGOTADO – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Analisando os autos, verifica-se que o objeto do feito está esgotado, tendo em vista que os fatos denunciados não ensejam a atuação ministerial. Nota-se que a Câmara de Vereadores possui personalidade judiciária, de modo que poderá demandar em juízo para defender os seus direitos institucionais, entendidos esses como sendo os relacionados ao funcionamento, autonomia e independência do órgão. Assim, vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

***Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.***

**2. Inquérito Civil nº 06.2016.00001100-4**

32ª Promotoria de Justiça da Cidadania da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Associação Beneficente de Campo Grande – Santa Casa

Assunto: Apurar se as inconformidades apontadas no Relatório de Visita Técnica SISAUD/SUS n. 670 foram devidamente sanadas pela Associação Beneficente de Campo Grande – MS.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - APURAR SE AS INCONFORMIDADES APONTADAS NO RELATÓRIO DE VISITA TÉCNICA SISAUD/SUS N. 670 FORAM DEVIDAMENTE SANADAS PELA ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DE CAMPO GRANDE/MS – OBJETO ESGOTADO – IRREGULARIDADES SANADAS – ATUAÇÃO MINISTERIAL RESOLUTIVA – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Analisando os autos, verifica-se que o objeto do feito, tendo em vista que a Associação Beneficente adotou as medidas necessárias para sanar as irregularidades apontadas no Relatório de Visita Técnica SISAUD/SUS n. 670. Assim, vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

**Deliberação:** O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.

**3. Inquérito Civil nº 06.2017.00001487-1**

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Nova Alvorada do Sul

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventual irregularidade do procedimento licitatório Tomada de Preço nº 1/2017.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – APURAR EVENTUAL IRREGULARIDADE DO PROCEDIMENTO LICITATÓRIO TOMADA DE PREÇO Nº 1/2017 – PERDA DO OBJETO – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Analisando os autos, verifica-se que houve a perda do objeto do feito, tendo em vista que o Processo Licitatório Tomada de Preço nº 1/2017 foi revogado pela Câmara Municipal, conforme Resolução nº 5/2017 publicada no Diário Oficial de Nova Alvorada do Sul de 4/7/2017. Assim, vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

**Deliberação:** O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.

**4. Inquérito Civil nº 06.2018.00001583-0**

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bela Vista

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Rancho Campestre, João Aires Martins Brunel

Assunto: Apurar dano ambiental causado no imóvel Rancho Campestre, localizado às margens do Rio Apa.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – APURAR DANO AMBIENTAL CAUSADO NO IMÓVEL RANCHO CAMPESTRE, LOCALIZADO ÀS MARGENS DO RIO APA – AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DA REPARAÇÃO DO DANO – NECESSIDADE DE DILIGÊNCIAS – OBSERVÂNCIA AO ENUNCIADO Nº 10/CSMP – NÃO HOMOLOGAÇÃO DA PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. Analisando os autos, observa-se que, embora a propriedade em questão esteja inscrita no Cadastro Ambiental Rural de Mato Grosso do Sul CARMS, tendo sido informado ainda no Laudo Técnico que a área de reserva legal se encontra regular, tais medidas se mostram insuficientes, uma vez que não há a comprovação de que os danos apontados no relatório do DAEX foram reparados. Conforme estabelece o Enunciado nº 10 do Conselho Superior do Ministério Público, nos casos em que haja dano ambiental faz-se necessária a elaboração de Termo de Ajustamento de Conduta a fim de saná-lo, não sendo suficiente, apenas a apresentação de CAR e de PRADA para subsidiar a promoção de arquivamento. Assim, vota-se pela não homologação da promoção de arquivamento, determinando a baixa dos autos à Promotoria de Justiça de origem para as providências necessárias.

**Deliberação:** O Conselho, à unanimidade, não homologou a promoção de arquivamento e determinou a baixa dos autos à Promotoria de Justiça de origem para as providências necessárias, nos termos do voto do Relator.

**5. Inquérito Civil nº 06.2018.00003490-5**

2ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Naviraí

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar a notícia de danos ao erário público, a partir do pagamento por serviços supostamente não prestados, através do contrato administrativo nº 21/2017 da Câmara Municipal de Vereadores de Naviraí/MS.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – APURAR A NOTÍCIA DE DANOS AO ERÁRIO PÚBLICO, A PARTIR DO PAGAMENTO POR SERVIÇOS SUPOSTAMENTE NÃO PRESTADOS, ATRAVÉS DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 21/2017 DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE NAVIRAÍ/MS – OBJETO

ESGOTADO – IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA NÃO CONFIGURADA – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Analisando os autos, verifica-se que o objeto do feito está esgotado, uma vez que os fatos noticiados pela denúncia anônima não restaram confirmados, pois não foram constatadas fraudes ou quaisquer irregularidades que pudessem ensejar atos de improbidade administrativa no contrato firmado entre a Câmara Municipal de Naviraí e a empresa Caribel Odilon Carvalho ME. Além disso, restou demonstrado que os serviços estão sendo devidamente prestados pela empresa contratada. Assim, vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

***Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.***

#### **6. Inquérito Civil nº 06.2018.00001614-0**

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bela Vista

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Fazenda Liberdade, Maurílio de Souza Barbosa

Assunto: Apurar dano ambiental causado no imóvel Fazenda Liberdade, localizado às margens do Rio Apa.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – APURAR DANO AMBIENTAL CAUSADO NO IMÓVEL FAZENDA LIBERDADE, LOCALIZADO ÀS MARGENS DO RIO APA – AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DA REPARAÇÃO DO DANO – NECESSIDADE DE DILIGÊNCIAS – OBSERVÂNCIA AO ENUNCIADO Nº 10/CSMP – NÃO HOMOLOGAÇÃO DA PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. Analisando os autos, observa-se que, embora a propriedade em questão esteja inscrita no Cadastro Ambiental Rural de Mato Grosso do Sul CARMS, tendo sido informado ainda no Laudo Técnico que a área de reserva legal e de preservação permanente se encontram regulares, tais medidas se mostram insuficientes, uma vez que não há a comprovação de que os danos apontados no relatório do DAEX foram reparados. Conforme estabelece o Enunciado nº 10 do Conselho Superior do Ministério Público, nos casos em que haja dano ambiental faz-se necessária a elaboração de Termo de Ajustamento de Conduta a fim de saná-lo, não sendo suficiente, apenas a apresentação de CAR e de PRADA para subsidiar a promoção de arquivamento. Assim, vota-se pela não homologação da promoção de arquivamento, determinando a baixa dos autos à Promotoria de Justiça de origem para as providências necessárias.

***Deliberação: O Conselho, à unanimidade, não homologou a promoção de arquivamento e determinou a baixa dos autos à Promotoria de Justiça de origem para as providências necessárias, nos termos do voto do Relator.***

#### **7. Inquérito Civil nº 06.2018.00003043-1**

2ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Aquidauana

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Fauzi Muhamad Abdul Hamid Suleiman – Prefeito Municipal de Aquidauana/MS

Assunto: Apurar as circunstâncias que levaram o Poder Público Municipal de Aquidauana a contratar a empresa O. R. Garcia Engenharia ME, para a realização do percurso e definição do trajeto do transporte escolar coletivo urbano.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – APURAR AS CIRCUNSTÂNCIAS QUE LEVARAM O PODER PÚBLICO MUNICIPAL DE AQUIDAUANA A CONTRATAR A EMPRESA O. R. GARCIA ENGENHARIA ME, PARA A REALIZAÇÃO DO PERCURSO E DEFINIÇÃO DO TRAJETO DO TRANSPORTE ESCOLAR COLETIVO URBANO – OBJETO ESGOTADO – IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA NÃO CONFIGURADA – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Analisando os autos, verifica-se que o objeto do feito está esgotado, uma vez que não foram constatadas irregularidades que pudessem ensejar atos de improbidade administrativa no contrato firmado entre a Prefeitura Municipal de Naviraí e a empresa O. R. Garcia Engenharia ME. Assim, vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

***Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.***

#### **8. Inquérito Civil nº 06.2018.00003292-9**

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Batayporã

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventual prática de ato ímprobo no contexto da fiscalização e cobrança de ITR no município de Batayporã.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – APURAR EVENTUAL PRÁTICA DE ATO IMPROBO NO CONTEXTO DA FISCALIZAÇÃO E COBRANÇA DE ITR NO MUNICÍPIO DE BATAYPORÃ – OBJETO ESGOTADO – IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA NÃO CONFIGURADA – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Analisando os autos, verifica-se que o objeto do feito está esgotado, tendo em vista que não foram constatadas fraudes ou irregularidades na fiscalização e cobrança de ITR pela Prefeitura Municipal de Batayporã ou quaisquer atos que pudessem ensejar improbidade administrativa. Assim, vota-se pela homologação da promoção de



arquivamento.

***Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.***

#### **9. Inquérito Civil nº 06.2019.00000051-9**

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Itaquiraí

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Fazenda Porto Bonito

Assunto: Apurar dano ambiental decorrente da construção/manutenção de dois ranchos de pesca em Área de Preservação Permanente do Rio Paraná.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – APURAR DANO AMBIENTAL DECORRENTE DA CONSTRUÇÃO/MANUTENÇÃO DE DOIS RANCHOS DE PESCA EM ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE DO RIO PARANÁ – AUSÊNCIA DE DANO AMBIENTAL – RETORNO DE DILIGÊNCIA – COMPROVAÇÃO DA INSCRIÇÃO DO IMÓVEL NO CAR EM OBSERVÂNCIA AO ENUNCIADO Nº 10/CSMP – HOMOLOGAÇÃO DA PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. Analisando os autos, verifica-se que o objeto do feito está esgotado, tendo em vista que os danos ambientais inicialmente constatados foram reparados e a propriedade encontra-se inscrita no CARMS. Observância ao Enunciado nº 10/CSMP, o qual estabelece que na ausência de dano ambiental a inscrição da propriedade no CAR é suficiente para subsidiar a promoção de arquivamento do procedimento. Assim, vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

***Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.***

#### **10. Inquérito Civil nº 06.2019.00000053-0**

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Deodápolis

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Patrícia Firmino Siqueira Martins

Assunto: Apurar eventual prática de ato de improbidade administrativa consistente em descumprimento de carga horária, no Hospital Municipal Cristo Rei, no Município de Deodápolis/MS, por parte de servidora pública municipal.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – APURAR EVENTUAL PRÁTICA DE ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA CONSISTENTE EM DESCUMPRIMENTO DE CARGA HORÁRIA, NO HOSPITAL MUNICIPAL CRISTO REI, NO MUNICÍPIO DE DEODÁPOLIS/MS, POR PARTE DE SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL – OBJETO ESGOTADO – IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA NÃO CONFIGURADA – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Analisando os autos, verifica-se que o objeto do feito está esgotado, tendo em vista que não foram constadas irregularidades que pudessem ensejar atos de improbidade administrativa pela servidora Patrícia Firmino Siqueira, pois restou demonstrado que a mesma cumpre regularmente a sua carga horária no Hospital Municipal Cristo Rei. Assim, vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

***Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.***

#### **11. Procedimento Preparatório nº 06.2018.00003635-8**

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Cassilândia

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar a eventual ocorrência de desvio e apropriação de cascalho da municipalidade para propriedade particular.

EMENTA: PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO – APURAR A EVENTUAL OCORRÊNCIA DE DESVIO E APROPRIAÇÃO DE CASCALHO DA MUNICIPALIDADE PARA PROPRIEDADE PARTICULAR – OBJETO ESGOTADO – IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA NÃO CONFIGURADA – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Analisando os autos, verifica-se que o objeto do feito está esgotado, tendo em vista os fatos relatados pelo denunciante não se comprovaram, pois, apesar do cascalho ter sido transportado por particular, a finalidade foi realizar o cascalhamento da estrada vicinal do Município, não havendo falar, portanto, em atos de improbidade administrativa no presente caso. Assim, vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

***Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.***

#### **12. Inquérito Civil nº 06.2018.00000084-8**

67ª Promotoria de Justiça dos Direitos Humanos da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: União Centro Oeste Brasileira da Igreja Adventista do Sétimo Dia

Assunto: Apurar falta de acessibilidade para pessoas com deficiência e/ou mobilidade reduzida na Igreja Adventista do Sétimo Dia, nesta capital.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – APURAR FALTA DE VAGAS DE ESTACIONAMENTO EXCLUSIVAS PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA EM IGREJA ADVENTISTA DO SÉTIMO DIA, NESTA CAPITAL – OBJETO ESGOTADO – IRREGULARIDADES SANADAS – ATUAÇÃO MINISTERIAL RESOLUTIVA – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Analisando os autos, verifica-se que o objeto do feito está esgotado, tendo em vista que as irregularidades inicialmente constatadas foram sanadas, pois a Igreja Adventista do Sétimo Dia promoveu as adequações necessárias no local, em cumprimento às normas de acessibilidade. Assim, vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

***Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.***

Campo Grande, 25 de setembro de 2019

ALEXANDRE LIMA RASLAN

Procurador de Justiça

Secretário do Conselho Superior do MP

SECRETARIA-GERAL

#### **EDITAL Nº 01/AM/PGJ/2019**

A Assessoria Militar da Procuradoria-Geral de Justiça, em cumprimento a Ordem de Serviço nº 001/2016-SG/MP-MS, datada de 12 de setembro de 2016, faz saber a quem interessar que se encontram na Assessoria Militar, os seguintes objetos, abaixo relacionados, os quais foram achados no interior do Prédio da Procuradoria Geral de Justiça.

1. 06 (seis) anéis de diversos modelos;
2. 03 (três) brincos
3. 01 (uma) pulseira;
4. 01 (um) boton;
5. 01 (um) terço
6. 03 (três) pares de óculos;
7. 01 (uma) sombrinha
8. 01 (uma) garrafa térmica pequena.
9. Certa quantia em dinheiro.

Nos Termos do Art. 5º da Ordem de Serviço nº001/2016-SG/MP-MS, de 12 de setembro de 2016, os referidos materiais permanecerão na Assessoria Militar pelo prazo de 30 (trinta) dias, após a publicação deste Edital, para que o proprietário ou provável proprietário reivindique o bem.

Ultrapassado este prazo, os materiais/pertences, serão doados a entidades/associações beneficente, mediante termo de doação assinado pela Secretária-Geral do Ministério Público Estadual.

Campo Grande, 23 de setembro de 2019.

JOSÉ DA CRUZ SOARES

Capitão PM - Assessor Militar

**COORDENADORIA DE LICITAÇÕES****AVISO DE CREDENCIAMENTO**

O MINISTÉRIO PÚBLICO DE MATO GROSSO DO SUL / Procuradoria-Geral de Justiça comunica aos interessados e torna pública a abertura do CREDENCIAMENTO Nº 001/PGJ/2019 que tem como objeto a contratação de pessoas físicas e/ou jurídicas, para a prestação de serviços de tradução de textos da língua portuguesa (Brasil) para línguas estrangeiras, de línguas estrangeiras para a língua portuguesa (Brasil) e de línguas estrangeiras para outra língua estrangeira.

Entrega do Requerimento de Credenciamento e da Documentação:

- Local: Sala da Coordenadoria de Licitações de Licitações - Procuradoria-Geral de Justiça - Rua Presidente Manuel Ferraz de Campos Salles, 214, Jardim Veraneio, Campo Grande - MS.

- Data de início: 30 de setembro de 2019.

- Horário de atendimento: das 14:00 horas às 18:00 horas.

- Informações Gerais: (67) 3318-2145 ou pelo correio eletrônico hermeslima@mpms.mp.br.

Retirada do Edital: por meio do endereço eletrônico [www.mpms.mp.br/licitacao/convite](http://www.mpms.mp.br/licitacao/convite) ou na sala da Coordenadoria de Licitações da Procuradoria-Geral de Justiça.

Comissão de Credenciamento/PGJ

Campo Grande, 25 de setembro de 2019.

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO****EXTRATO DA NOTA DE EMPENHO 2019NE004828 DE 23.09.2019 DO PROCESSO PGJ/10/3755/2019**

Credor: REZENDE & DINIZ NETO LTDA.

Ordenadora de despesa: **Bianka Karina Barros da Costa**, Promotora de Justiça e Secretária-Geral do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Licitação: **Pregão Presencial nº 12/PGJ/2019 – Ata de Registro de Preço nº 6/PGJ/2019.**

Objeto: Prestação de serviços gráficos de impressão de apostilas, blocos de notas, cartilhas, pastas para evento, gibis e outros materiais gráficos personalizados, para atender às necessidades deste Ministério Público.

Valor: R\$ 346,00 (trezentos e quarenta e seis reais) nos termos da Nota de Empenho nº 2019NE004828 de 23.09.2019.

Amparo legal: Inciso II, do artigo 15 da Lei nº 8.666/93.

**EXTRATO DA NOTA DE EMPENHO 2019NE004829 DE 23.09.2019 DO PROCESSO PGJ/10/3756/2019**

Credor: EFICAZ LOGÍSTICA COMÉRCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA E DESCARTÁVEIS EIRELI.

Ordenadora de despesa: **Bianka Karina Barros da Costa**, Promotora de Justiça e Secretária-Geral do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Licitação: **Pregão Presencial nº 2/PGJ/2019 – Ata de Registro de Preço 2/PGJ/2019.**

Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios (açúcar refinado, açúcar cristal, adoçante, café e chá), para atender às necessidades deste Ministério Público.

Valor: R\$ 22.170,00 (vinte e dois mil, cento e setenta reais) nos termos da Nota de Empenho nº 2019NE004829 de 23.09.2019.

Amparo legal: Inciso II, do artigo 15 da Lei nº 8.666/93.

**EXTRATO DA NOTA DE EMPENHO 2019NE004849 DE 24.09.2019 DO PROCESSO PGJ/10/3752/2019**

Credor: D.M.P. EQUIPAMENTOS LTDA.

Ordenadora de despesa: **Bianka Karina Barros da Costa**, Promotora de Justiça e Secretária-Geral do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Licitação: **Adesão à Ata de Registro de Preços nº 160/2018 – SAD/MS, decorrente do Pregão Eletrônico nº 142/2018 – SAD/MS.**

Objeto: Aquisição de materiais elétricos, para atender às necessidades deste Ministério Público.

Valor: R\$ 433,60 (quatrocentos e trinta e três reais e sessenta centavos) nos termos da Nota de Empenho nº 2019NE004849 de 24.09.2019.

Amparo legal: Inciso II, do artigo 15 da Lei nº 8.666/93.

**EXTRATO DA NOTA DE EMPENHO 2019NE004850 DE 24.09.2019 DO PROCESSO PGJ/10/3752/2019**

Credor: CASA 10 COMÉRCIO E ADMINISTRAÇÃO DE OBRAS EIRELI.

Ordenadora de despesa: **Bianka Karina Barros da Costa**, Promotora de Justiça e Secretária-Geral do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Licitação: **Adesão à Ata de Registro de Preços nº 160/2018 – SAD/MS, decorrente do Pregão Eletrônico nº 142/PGJ/2018 – SAD/MS.**

Objeto: Aquisição de materiais elétricos, para atender às necessidades deste Ministério Público.

Valor: R\$ 6.808,00 (seis mil, oitocentos e oito reais) nos termos da Nota de Empenho nº 2019NE004850 de 24.09.2019.

Amparo legal: Inciso II, do artigo 15 da Lei nº 8.666/93.

**EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 17/PGJ/2019 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 9/PGJ/2019-SRP**

Processo nº PGJ/10/2526/2019

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;

2- **YOUSSEF AMIM YOUSSEF**, representada por **Youssef Amim Youssef**.

Amparo legal: Lei nº 10.520/2002, e subsidiariamente pela Lei nº 8.666/1993 (e alterações).

Procedimento licitatório: Pregão Eletrônico nº 9/PGJ/2019.

Objeto: Registro de Preços para eventual aquisição de materiais de limpeza (balde, esponja, sabão etc.), para atender o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, conforme especificações constantes a seguir:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO DOS PRODUTOS	UNIDADE	PREVISÃO DE CONSUMO (ANUAL)	PREÇO UNITÁRIO (R\$)
2	Escova para limpeza com cerdas de nylon, estrutura de madeira ou plástica, formato ovalado ou retangular, medindo no mínimo 6cm x 5cm x 13cm. Marca: FRICCI.	Unidade	50	2,26
3	Esponja de fibra sintética, dupla face, para uso geral de limpeza, medindo aproximadamente 7cm x 11cm x 2,2cm (admitindo-se 1,5cm para mais ou para menos), embalagem individual. Marcas de referência: Bombril, Assolan ou Scotch Brite 3M. Marca: BOMBRIL.	Unidade	50	1,31
4	Esponja de lã de aço, acondicionada em fardo contendo 14 pacotes com 8 unidades cada (14x8). Marcas de referência: Bombril, Assolan, Ypê ou Q'Lustro. Marca: Q'LUSTRO.	Unidade	50	19,97
5	Inseticida à base de água, aerossol, multiuso, sem componentes à base de petróleo, embalagem contendo no mínimo 300 ml, com registro ou notificação no Ministério da Saúde, químico responsável, data de validade, composição estampados na embalagem. Marcas de referência: SBP, Raid ou Baygon. Marca: BAYGON.	Frasco	100	9,90

6	Limpador multiuso para pisos, cozinhas, banheiros, azulejos e superfícies laváveis, com ingredientes removedores de sujeiras e gorduras, possibilidade de utilização do produto puro ou diluído, embalagem contendo 500ml. Deverá estar estampada na embalagem do produto a data de fabricação, data de validade, registro, notificação ou protocolo no Ministério da Saúde e ainda nome do responsável técnico ou nº do CRQ. Marcas de referência: Veja, Ajax, Ypê, Ingleza. Marca: UAU (INGLEZA).	Unidade	60	3,80
9	Papel higiênico branco, macio, sem perfume, picotado e gofrado ou texturizado, 100% fibra celulósica virgem, folha dupla, rolo com 30m x 10cm, embalagem plástica com quatro rolos, com composição, data de fabricação e de validade e informações do fabricante na embalagem. Indústria brasileira. Marcas de Referência: Neve, Personal, Cotton ou Klass. Marca: PERSONAL.	Unidade	960	5,19
11	Sabão em pó, com enzimas, para limpeza geral, biodegradável, embalagem plástica de 1 Kg, com registro do Ministério da Saúde. Químico responsável, indicação de uso, composição, data de fabricação e de validade e informações gerais do fabricante estampadas na embalagem do produto. Marcas de referência: Brilhante, Omo, Ace ou Tixan. Marca: TIXAN.	Unidade	50	7,97
18	Saco plástico para lixo, cor preta, capacidade para 200 litros, medindo no mínimo 0,95m x 1,20m, espessura mínima de 0,09 micras, embalagem contendo 100 unidades. Marca: PORTOPLAST.	Pacote	50	66,87

Validade da ata: 12 (doze) meses, a contar da data da publicação da Ata Registro de Preços no Diário Oficial do Ministério Público Estadual (DOMP-MS).

Data de assinatura: 24 de setembro de 2019.

## EDITAIS DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA

### COMARCAS DE ENTRÂNCIA ESPECIAL

#### CORUMBÁ

#### EDITAL N. 0016/2019/07PJ/CBA

Autos do Procedimento Administrativo n. 09.2019.00003266-6

A 7ª Promotoria de Justiça da Comarca de Corumbá/MS, de Proteção à Infância e Juventude, ao Idoso e à Pessoa com Deficiência, torna pública a instauração do Procedimento Administrativo de tutela de interesses individuais indisponíveis 09.2019.00003266-6, que se encontra à disposição na Rua Vinte e Um de Setembro, 1.630, Aeroporto, Edifício do Fórum, em Corumbá/MS. O referido procedimento é digital e poderá ser acessado integralmente via internet no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo> mediante senha que pode ser obtida nesta Promotoria de Justiça.

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: A apurar

Assunto: Apurar violação de direitos envolvendo Rosinei Alexandrino Ribeiro, pessoa com deficiência, uma vez que é negligenciada pelo seu curador.

Corumbá/MS, 23 de setembro de 2019.

LUCIANO BORDIGNON CONTE

Promotor de Justiça, em substituição legal

---

**DOURADOS**

---

**EDITAL Nº 0021/2019/1PJ/DOS**

A 11ª Promotoria de Justiça da Comarca de Dourados/MS torna pública instauração de Inquérito Civil, a partir da evolução da Notícia de Fato n. 01.2019.00005374-0, que está à disposição de quem possa interessar na Rua João Corrêa Neto, n. 400, Jardim Santo Antônio ou através site <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Inquérito Civil nº 06.2019.00001370-3

Requerente: Milton Alves Barbosa.

Investigado: Nova Fonte Conveniência e Tabacaria.

Assunto: Apurar a regularidade ambiental e urbanística do estabelecimento Adriane Mireli Barboza Prado – MEI (Nova Fonte Conveniência), especialmente o cumprimento das normas de posturas municipais e condicionantes da Autorização Ambiental n. 14.777/2019.

Dourados, 24 de setembro de 2019.

AMÍLCAR ARAÚJO CARNEIRO JÚNIOR  
Promotor de Justiça

---

**COMARCAS DE SEGUNDA ENTRÂNCIA**

---

---

**APARECIDA DO TABOADO**

---

**EDITAL Nº 004/1ªPJ/2019**

A 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Aparecida do Taboado/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Avenida dos Estudantes, nº.3120, Residencial Primavera, Aparecida do Taboado/MS.

Inquérito Civil nº 06.2019.00001380-3

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A Apurar

Assunto: Apurar eventual irregularidade na execução do Contrato Administrativo nº., 034/2016.

Aparecida do Taboado/MS, 25 de setembro de 2019.

OSCAR DE ALMEIDA BESSA FILHO  
Promotor de Justiça

---

**CASSILÂNDIA**

---

**EDITAL Nº 0038/2019/01PJ/CLA**

A 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Cassilândia - MS, torna pública a instauração do Inquérito Civil Público n.º 06.2019.00000148-4, para conhecimento de terceiros interessados no oferecimento de elementos de informação, o qual encontra-se registrado no sistema SAJ/MP, e poderá ser integralmente acessado via internet no endereço eletrônico <http://consultaprocedimentos.mpms.mp.br/consulta/saj/processo> e também encontra-se à disposição de quem possa interessar na Rua Sebastião Martins da Silva, nº 800 – Bairro Alto Izanópolis – Cassilândia-MS.

Inquérito Civil Público nº 06.2019.00000148-4

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar indícios de irregularidades no concurso público da Prefeitura de Cassilândia-MS (Edital nº 01/2018).

Cassilândia-MS, 20 de setembro de 2019

PEDRO DE OLIVEIRA MAGALHÃES  
Promotor de Justiça

**EDITAL Nº 0039/2019/01PJ/CLA**

A 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Cassilândia - MS, torna pública a instauração do Inquérito Civil Público nº 06.2019.00000195-1, para conhecimento de terceiros interessados no oferecimento de elementos de informação, o qual encontra-se registrado no sistema SAJ/MP, e poderá ser integralmente acessado via internet no endereço eletrônico <http://consultaprocedimentos.mpms.mp.br/consulta/saj/processo> e também encontra-se à disposição de quem possa interessar na Rua Sebastião Martins da Silva, nº 800 – Bairro Alto Izanópolis – Cassilândia-MS.

Inquérito Civil Público nº 06.2019.00000195-1

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Andréia Chagas Barbosa

Assunto: Apurar a eventual prática de ato de improbidade administrativa consistente na percepção de remuneração sem o comparecimento regular ao expediente, bem como privilégios no âmbito da administração pública municipal.

Cassilândia-MS, 20 de setembro de 2019

PEDRO DE OLIVEIRA MAGALHÃES

Promotor de Justiça

**EDITAL Nº 0040/2019/01PJ/CLA**

A 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Cassilândia - MS, torna pública a instauração do Inquérito Civil Público nº 06.2019.00000262-8, para conhecimento de terceiros interessados no oferecimento de elementos de informação, o qual encontra-se registrado no sistema SAJ/MP, e poderá ser integralmente acessado via internet no endereço eletrônico <http://consultaprocedimentos.mpms.mp.br/consulta/saj/processo> e também encontra-se à disposição de quem possa interessar na Rua Sebastião Martins da Silva, nº 800 – Bairro Alto Izanópolis – Cassilândia-MS.

Inquérito Civil Público nº 06.2019.00000262-8

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Jair Boni Cogo e outros

Assunto: Apurar a suposta prática de atos de improbidade administrativa consistentes na eventual violação às determinações judiciais constantes dos autos de cumprimento de sentença nº 0802540-40.2012.8.12.0007.

Cassilândia-MS, 20 de setembro de 2019

PEDRO DE OLIVEIRA MAGALHÃES

Promotor de Justiça

**EDITAL Nº 0041/2019/01PJ/CLA**

A 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Cassilândia - MS, torna pública a instauração do Inquérito Civil Público nº 06.2019.00000490-4, para conhecimento de terceiros interessados no oferecimento de elementos de informação, o qual encontra-se registrado no sistema SAJ/MP, e poderá ser integralmente acessado via internet no endereço eletrônico <http://consultaprocedimentos.mpms.mp.br/consulta/saj/processo> e também encontra-se à disposição de quem possa interessar na Rua Sebastião Martins da Silva, nº 800 – Bairro Alto Izanópolis – Cassilândia-MS.

Inquérito Civil Público nº 06.2019.00000490-4

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerida: Viviane Alves de Souza

Assunto: Apurar o suposto pagamento indevido de diárias à servidora pública municipal Viviane Alves Souza.

Cassilândia-MS, 20 de setembro de 2019

PEDRO DE OLIVEIRA MAGALHÃES

Promotor de Justiça

**EDITAL Nº 0042/2019/01PJ/CLA**

A 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Cassilândia - MS, torna pública a instauração do Inquérito Civil Público nº 06.2019.00000491-5, para conhecimento de terceiros interessados no oferecimento de elementos de informação, o qual encontra-se registrado no sistema SAJ/MP, e poderá ser integralmente acessado via internet no endereço eletrônico <http://consultaprocedimentos.mpms.mp.br/consulta/saj/processo> e também encontra-se à disposição de quem possa interessar na Rua Sebastião Martins da Silva, nº 800 – Bairro Alto Izanópolis – Cassilândia-MS.

Inquérito Civil Público nº 06.2019.00000491-5

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Luciano da Silva Santos e outros

Assunto: Apurar o suposto pagamento indevido de diárias ao servidor público municipal Luciano da Silva Santos.

Cassilândia-MS, 20 de setembro de 2019

PEDRO DE OLIVEIRA MAGALHÃES

Promotor de Justiça

---

**COXIM**

---

**EDITAL Nº 0077/2019/02PJ/CXM**

Extrato de Termo de Ajustamento de Conduta (TAC)

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Coxim/MS torna pública a celebração de Termo de Ajustamento de Conduta nos autos do Inquérito Civil nº 06.2018.00000868-4, que se encontra à disposição de quem possa interessar na Avenida Márcio Lima Nantes, nº 105, Vila São Salvador, neste município.

Inquérito Civil nº 06.2018.00000868-4

Compromitente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Compromissário: Terezinha Bottazzo Canovas.

Assunto: Apurar dano ambiental (supostamente) praticado por Terezinha Bottazzo Canovas, consistente em possibilitar o surgimento de erosão em forma de ravina em parte de reserva legal do imóvel vizinho, Fazenda Kaimã, pela ausência de práticas de conservação de solos e água no imóvel de sua propriedade, denominado Fazenda Maracaju, ocasionando dano grave e irreversível naquela área protegida.

Conteúdo do TAC: A COMPROMISSÁRIA compromete-se a, no prazo de 60 (sessenta) dias, juntar a este Inquérito Civil uma segunda via de todos os documentos, mapas e CDs com os arquivos digitais que tenham sido encaminhados ao IMASUL para servir de base para inscrição no CAR – Cadastro Ambiental Rural. Caso haja pelo órgão ambiental competente, por qualquer motivo, rejeição, declaração de pendência, arquivamento, declaração de inativo ou cancelamento do pedido feito pelo compromissário nos termos do *caput* desta cláusula, o compromissário se compromete a, no prazo de 90 (noventa) dias a contar da intimação da decisão pelo órgão ambiental, ingressar com novo requerimento ou suprir as incorreções necessárias, sob pena de incidência da multa prevista neste TAC. A compromissária, independentemente do cumprimento das exigências do órgão ambiental, adotará as seguintes providências: a) executará o PRADA – Projeto de Recuperação de Áreas Degradadas e Alteradas ou outro documento equivalente ao órgão ambiental competente, no prazo de 60 (sessenta) dias, sendo que, caso haja arquivamento ou não aprovação do mesmo por qualquer motivo, deverá reiniciá-lo em 30 dias, sob pena da multa prevista neste TAC. O PRADA deverá apresentar as atividades necessárias para recuperação das áreas do Auto de Infração n. 9142904-E, que contenham erosões ou degradação de solo. b) promoverá, no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias, a contar da assinatura deste TAC o isolamento da área das áreas objeto do auto de infração n. 9142904-E, mediante instalação de cerca, objetivando garantir sua regeneração natural, bem como prevenindo que a regeneração mediante plantio ou reflorestamento, entre outras, não seja prejudicada pela ação antrópica ou de animais de criação (bovinos, caprinos, eqüinos, etc). A COMPROMISSÁRIA se compromete a não efetuar nem permitir o corte ou derrubada de árvores vitalizadas da espécie aroeira, também protegida por legislação federal (Portaria 83N-91IBAMA), sem que haja uma prévia e expressa autorização do órgão ambiental, mediante licenciamento ambiental pleno (onde haverá a justificação da retirada, a análise dos motivos de natureza pública para tal e o estudo da compensação ambiental devida), bem como das árvores da espécie aroeira do sertão, baraúna ou quebracho e gonçalo alves, não se podendo valer da simples comunicação de cortes de árvores isoladas, atividade esta que não abrange corte de árvores protegidas por lei, conforme já reconhecido na Resolução SEMAC n. 003/2014. Compromete-



se também a não efetuar nem permitir a retirada de vegetação nativa que gere material lenhoso ou necessite de qualquer tipo de auxílio de máquinas, sem que tenha a prévia licença ambiental, não podendo utilizar-se da declaração de limpeza de pastagem para tanto. A título de indenização ambiental a compromissária compromete-se a doar a soma de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), ao FUNDO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE DE ALCINÓPOLIS (Banco do Brasil, Agência n. 8228-7, Conta Corrente n. 5.711-8 – CNPJ n. 30.130.90/0001-69), divididos em 10 (dez) parcelas mensais de R\$ 3.000,00 (três mil reais), a ser depositado até o dia 30/09/2019 e as demais parcelas nos meses subsequentes. O descumprimento de quaisquer das obrigações assumidas neste instrumento, implicará, independente de notificação, no pagamento de multa no valor de 500 (quinhentas) UFERMS, a ser recolhida em favor do FUNDO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE DE ALCINÓPOLIS ou à entidade indicada por esta Promotoria de Justiça que atenda aos requisitos da resolução que regulamenta a questão no âmbito do Ministério Público.

Data de celebração do TAC: 19 de setembro de 2019.

DANIELLA COSTA DA SILVA  
Promotora de Justiça

#### **EDITAL Nº 0078/2019/02PJ/CXM**

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Coxim/MS torna pública a instauração do Procedimento Administrativo abaixo descrito, que está à disposição de quem possa interessar na Avenida Márcio Lima Nantes nº 105, Vila São Salvador, na cidade de Coxim-MS. Os autos do referido procedimento podem ser integralmente acessados via internet, no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Procedimento Administrativo nº 09.2019.00003342-1.

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requerido: A apurar.

Assunto: Fiscalizar o cumprimento do Termo de Ajustamento de Conduta celebrado nos autos do IC n. 06.2018.00000868-4, entre o Ministério Público Estadual e a compromissária Terezinha Bottazzo Cânovas.

Coxim/MS, 20 de setembro de 2019.

DANIELLA COSTA DA SILVA  
Promotora de Justiça

#### **IGUATEMI**

#### **EDITAL Nº 007/2019**

A Promotoria de Justiça da Comarca de Iguatemi-MS torna pública a instauração de Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Av. Waloszek Konrad, n. 1.276, Centro.

Inquérito Civil n. 06.2019.00001366-9

Requerente: Polícia Militar Ambiental

Requerido: Aristeu Vargas de Aquino

Assunto: Apurar a ocorrência de dano ambiental na Fazenda Três Irmãos, localizada em Iguatemi, e viabilizar sua integral reparação.

Iguatemi, 24 de setembro de 2019.

THIAGO BARBOSA DA SILVA  
Promotor de Justiça.

---

**PONTA PORÃ**

---

**EDITAL Nº 0073/2019/01PJ/PPR**

A 1ª Promotoria de Justiça dos Direitos Constitucionais do Cidadão da Comarca de Ponta Porã/MS torna pública a instauração do Procedimento Administrativo nº 09.2019.00002932-8, que está à disposição de quem possa interessar na Rua Baltazar Saldanha, nº 1.613 – Jd. Ipanema. Os autos do referido procedimento podem ser integralmente acessados via internet, no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo> .

Procedimento Administrativo nº 09.2019.00002932-8

Requerentes: Associação de Pais e Responsáveis Organizados pelos Direitos das Pessoas com Transtorno do Espectro Autista - PRO D TEA e Ministério Público Estadual de Mato Grosso do Sul

Requeridos: Município de Ponta Porã, Município de Antônio João e Município de Aral Moreira

Assunto: Acompanhar nos municípios que integram a comarca de Ponta Porã (Aral Moreira, Antônio João e Ponta Porã) a observância da Lei Estadual nº 5.054/2017 que dispõe sobre prioridade de atendimento às pessoas que possuem Transtorno do Espectro Autista (TEA)

Ponta Porã/MS, 24 de setembro de 2019

GABRIEL DA COSTA RODRIGUES ALVES

Promotor de Justiça

**RECOMENDAÇÃO**

O MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL, por intermédio da 1ª Promotoria de Justiça de Ponta Porã, no uso de suas atribuições legais e constitucionais, com fundamento no artigo 129 da Constituição Federal, artigo 132 da Constituição do Estado de Mato Grosso do Sul, artigo 26, inciso IV, alínea “b” e artigo 28, ambos da Lei Complementar n. 72/1994 (Lei Orgânica do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul), e:

CONSIDERANDO que é competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios *“zelar pela guarda da Constituição, das leis e das instituições democráticas e conservar o patrimônio público”* (artigo 23, inciso I, da Constituição Federal);

CONSIDERANDO que a *“administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência (...)”* (artigo 37, caput, da Constituição Federal);

CONSIDERANDO que cabe ao Ministério Público, por designação constitucional, proteger o patrimônio público e social, adotando as medidas legais cabíveis para tanto, bem como fiscalizar a correta aplicação da lei, na forma dos artigos 127, caput e 129, inciso III, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO que o artigo 27, parágrafo único, inciso IV, da Lei Federal n. 8.625/93 assegura ao Ministério Público expedir Recomendação Administrativa aos órgãos da administração pública federal, estadual, e municipal, requisitando aos destinatários a adequada e imediata divulgação, assim como resposta por escrito, bem como que a Resolução n. 018/2010-PGJ assegura a competência à 1ª Promotoria de Justiça de Ponta Porã para *“expedir recomendação dirigida a órgãos públicos e a entidades privadas, com vista à prevenção de condutas lesivas ao patrimônio público e à melhoria das atividades ligadas a sua área de atuação”*;

CONSIDERANDO, em específico, o direito fundamental à boa administração, direito de terceira dimensão, consistente em norma constitucional implícita, de direta e imediata eficácia, decorrente da própria subordinação que o Estado Democrático de Direito determina a qualquer Administrador Pública, a busca por uma Administração <sup>1</sup>;

---

<sup>1</sup> VALLE, Vanice Regina Lirio do. Direito Fundamental à Boa Administração, Políticas públicas eficientes e a prevenção do desgoverno. Interesse Público, v. 48, 2008, p. 87-110; OLIVEIRA, Gustavo Justino. Responsabilidade Civil do Estado: reflexões a partir do direito fundamental à boa administração pública. In Revista de Administração Pública, v. 54, nº 267, p. 60-68, jul-set. 2008; OLIVEIRA, Gustavo Justino e VARESCHINI, Julieta Lopes. Administração Pública brasileira e os 20 da Constituição de 1988: momentos de predomínio das sujeições constitucionais em face do direito fundamental à boa administração pública. In Revista JML de licitações e contratos, v. 3., nº 10, p. 20-30, mar., 2009; FINGER, Júlio César. O direito fundamental à boa Administração e o princípio da publicidade administrativa. Interesse Público, v. 11, n. 58, p. 133-143, nov./dez, 2009; OLIVEIRA, Giselle Cibilla Silva de. O direito fundamental à boa administração e as sanções disciplinares no contexto do direito administrativo moderno.

CONSIDERANDO que, dentre outros desdobramentos, do direito fundamental à boa administração espera-se uma Administração Pública transparente (direito à informação), imparcial, proba, preventiva, precavida e eficaz;

CONSIDERANDO que, além de consagrar implicitamente o direito fundamental à boa Administração, a Constituição da República, previu expressamente os critérios, diretrizes, princípios que norteiam e permitem a concretização desse direito, dos quais se destacam os princípios elencados no art. 37, *caput*;

CONSIDERANDO, nessa linha, que o princípio da publicidade dos atos da Administração Pública é, de sobremodo, instrumento garantidor do controle social dos atos dos gestores, o que pressupõe o integral respeito a transparência, conforme amplamente assegurado no direito brasileiro (Constituição Federal, art. 5º, inc. XXXIV, art. 37, § 3º, inc. II, e na Lei n. 12.527/2011);

CONSIDERANDO que, nos termos do art. 37, §1º, da Constituição da República, a publicidade não pode ser empregada como instrumento de propaganda pessoal dos agentes públicos, mas tão somente poderá estar vinculada à publicidade de atos, programas, serviços e campanhas dos órgãos públicos com o fito de educar, informar e orientar, sobe pena de afrontar aos princípios da impessoalidade e da moralidade<sup>2</sup>;

CONSIDERANDO que, no mesmo caminho da concretização da *boa administração como direito fundamental de terceira dimensão*, espera-se a partir do princípio da eficiência uma "Administração de Resultado", que exige do Administrador Público ampla completude das consequências jurídicas e extrajurídicas da efetivação de suas escolhas<sup>3</sup>, permeado, portanto, pelo exame dos impactos e custos diretos e indiretos de suas medidas, como elemento-chave para identificar boas opções administrativas<sup>4</sup>;

CONSIDERANDO que, a análise desse *custo-benefício* perpassa pelo princípio da economicidade, segundo o qual *"o gestor público deve, por meio de um comportamento ativo, criativo e desburocratizante tornar possível, de um lado, a eficiência por parte do servidor, e a economicidade como resultado das atividades, impondo-se o exame das relações de custo/benefício nos processos administrativos que levam a decisões, especialmente as de maior amplitude, a fim de se aquilatar a economicidade das escolhas entre diversos caminhos propostos para a solução do problema, para implementação da decisão"*<sup>5</sup>;

CONSIDERANDO, com efeito, as diligências realizadas no bojo do Inquérito Civil nº 06.2018.00001991-5 (IC 38/2013), instaurado no âmbito desta Promotoria de Justiça, com o objetivo de apurar a legalidade material do contrato firmado entre o Município de Ponta Porã e a empresa "Matéria-Prima Comunicação Ltda" (Contrato Administrativo n. 141/2013), tendo por objeto a prestação de serviços de publicidade;

CONSIDERANDO a constatação de que no aludido instrumento (Contrato Administrativo n. 141/2013), foi estipulado gasto na ordem de R\$ 1.800.000,00 (hum milhão e oitocentos mil reais) com publicidade, marketing e propaganda institucional da Prefeitura Municipal de Ponta Porã, no período de apenas oito meses;

CONSIDERANDO que, a despeito de não se aferir nenhuma ilicitude concreta na contratação, é relevante recomendar-se a adoção de medidas preventivas ou corretivas, visadas a evitar desperdícios, irregularidades e ilegalidades, na execução de contratos de publicidade, que, ao cabo, possam implicar em prejuízo ao erário;

CONSIDERANDO, desta forma, a necessidade da confecção de Plano de Mídia pela agência de publicidade contratada antes de qualquer ação publicitária solicitada pelo órgão contratante que demonstre, em destaque, o custo-benefício (necessidade, adequação, eficiência, eficácia e economicidade) da escolha de determinado(s) veículo(s) de comunicação em detrimento do outro, levando-se em conta o resultado e alcance inicialmente pretendido pelo ente público;

Consulex: revista jurídica, v. 13, nº 296, maio, 2009, p. 53-55; FREITAS, Rafael Veras de. O dever de planejamento como corolário ao direito fundamental à boa administração pública. In *Direito Administrativo: estudo em homenagem a Francisco Mauro Dias*, Rio de Janeiro: Lúmen Júris Editora, 2009, p. 243-251; FREITAS, Juarez. *Discrecionalidade Administrativa e o Direito Fundamental à boa Administração Pública*. São Paulo: Malheiros Editores, 2007.

<sup>2</sup> CARVALHO FILHO, José dos Santos. *MANUAL DE DIREITO ADMINISTRATIVO*. 26. Ed. São Paulo: Atlas, 2013;

<sup>3</sup> SORRENTINO, Giancarlo. *Diritti e partecipazione nell'amministrazione di risultato*. Napoli: Editoriale Scientifica, 2003; SPASIANO, Mário R. *Funzione amministrativa e legalità di risultato*. Torino: Giappichelli, 2003; MOREIRA NETO, Diogo de Figueiredo. *Quatro paradigmas do direito administrativo pós-moderno*. Belo Horizonte: Fórum, 2008; OLIVEIRA, Rafael Carvalho Rezende. *Princípio do Direito Administrativo*. 2ª Ed. São Paulo, Método, 2013.

<sup>4</sup> FREITAS, Juarez. *Políticas Públicas, Avaliação de Impactos e o Direito Fundamental à Boa Administração*. Revista Sequência (Florianópolis), nº 70, p. 115-133, jun. 2015.

<sup>5</sup> BUGARIN, Paulo Soares. *O Princípio Constitucional da Eficiência, um enfoque doutrinário multidisciplinar*. Brasília: Revista do Tribunal da União – Fórum Administrativo, maio/2011, p. 240.

CONSIDERANDO que, tal medida, além de proteger o desperdício de recursos públicos, reforça a isonomia ao exigir escolhas técnicas e objetivas de fornecedores para veiculação do material publicitário, a vista exclusivamente do interesse público subjacente e distante de interesses públicos particulares possivelmente captados por intermédio das agências de publicidades contratadas;

CONSIDERANDO que, para tanto, além de outros fatores, também impõe-se a análise de preço do serviços de veiculação, de modo a exigir a verificação da compatibilidade desses valores com àqueles disponibilizados ao mercado privado para serviços similares, sob pena de caracterizar superfaturamento;

CONSIDERANDO que, em relação as atividades complementares, o art. 14, da Lei nº 12.232/10, exige que o fornecimento de bens ou serviços especializados seja precedido de apresentação pelo contratado ao contratante de três orçamentos obtidos entre pessoas que atuem no mercado do ramo de fornecimento pretendido; e

CONSIDERANDO que, sob todos os vértices, a destinação dos recursos públicos deve ser guiada de forma cristalina, transparente e eficiente, a fim assegurar amplo controle sobre seu destino e aplicação e, especialmente, o exercício efetivo do controle popular;

RECOMENDA-SE ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Ponta Porã, com fundamento no art. 27, parágrafo único, inciso IV, da Lei nº 8.625/93 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público), art. 44 da Resolução nº 015/2007-PGJ/MS e Resolução nº 164/2017/CNMP, a adoção das seguintes providências:

1) Atento ao princípio da impessoalidade e da isonomia, limite o conteúdo da publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas realizadas pelo Poder Executivo Municipal aos fins educativos, informativos ou de orientação social, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de agente público, com a adoção das providências preventivas necessárias e pertinentes; e

2) Em relação a autorização, celebração, fiscalização, execução, liquidação e pagamento dos contratos de publicidade, que exija previamente das agências de publicidade contratadas a apresentação de estudo prévio e estratégico que justifique detalhadamente a indicação técnica de determinado(s) veículo(s) de comunicação (rádio, site, televisão, outdoor, faixas, etc.) para divulgação do material publicitário, para o oportuno exame, pelo Contratante, do custo-benefício da medida (necessidade, adequação, eficiência, eficácia e economicidade), levando em conta o resultado pretendido pelo órgão e a análise de preço, especialmente em comparação aos valores fornecidos ao mercado privado, observado, em qualquer hipótese, o teor do art. 14 da Lei nº 12.232/2010<sup>6</sup>.

Dá-se o prazo de 30 (trinta) dias, a contar do recebimento desta Recomendação, para informar esta Promotoria de Justiça a sua ciência e eventual concordância.

A presente recomendação não exclui a irrestrita necessidade de plena observância de todas as normas constitucionais e infraconstitucionais em vigor.

Encaminhe-se cópia desta Recomendação ao Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal de Ponta Porã, para conhecimento e providências.

Encaminhe-se, ainda, cópia da mesma Centro de Apoio das Promotorias de Justiça do Patrimônio Público e Social, para conhecimento.

Por fim, adote-se as providências de publicidade do conteúdo da presente, com a remessa de cópia para fins de publicação no DOMP.

Às providências, certificando-se.

Ponta Porã/MS, 17 de setembro de 2019.

MARCOS ALEX VERA DE OLIVEIRA  
Promotor de Justiça designado  
(Portaria n. 3219/2019-PGJ, de 3.9.2019)

<sup>6</sup> Art. 14. Somente pessoas físicas ou jurídicas previamente cadastrada pelo contratante poderão fornecer ao contratado bens ou serviços especializados relacionados com as atividades complementares da execução do objeto do contrato, nos termos do §1º do art. 2º desta Lei. § 1º O fornecimento de bens ou serviços especializados na conformidade do previsto no caput deste artigo exigirá sempre a apresentação pelo contratado ao contratante de 3 (três) orçamentos obtidos entre pessoas que atuem no mercado do ramo do fornecimento pretendido. [...]

---

**COMARCAS DE PRIMEIRA ENTRÂNCIA**

---

---

**DEODÁPOLIS**

---

**EDITAL Nº 0051/2019/PJ/DPS.**

Inquérito Civil Nº 06.2019.00001264-8.

A Promotoria de Justiça de Deodápolis/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil nº 06.2019.00001264-8, que se encontra à disposição de quem possa interessar na Av. Francisco Alves da Silva, nº 103, Edifício do Fórum, sede da Promotoria de Justiça. Os autos encontram-se registrados no sistema informatizado SAJ/MP, os quais poderão ser integralmente acessados via internet, no endereço eletrônico: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>

Noticiante: Ministério Público Estadual de Mato Grosso do Sul.

Interessado: Walter Uzan.

Objeto: Apurar a regularidade ambiental do Lotes 38, 64, 66 e 68 da Quadra 76 e o Lote 63, da Quadra 80, do Município de Deodápolis/MS, bem como eventuais danos ambientais causados pelo manejo inadequado do solo e da vegetação nativa dos referidos imóveis rurais..

Deodápolis/MS, assinado por certificação digital.

ANTHONY ÁLLISON BRANDÃO SANTOS

Promotor de Justiça

**EDITAL Nº 0052/2019/PJ/DPS.**

Inquérito Civil Nº 06.2019.00001265-9.

A Promotoria de Justiça de Deodápolis/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil nº 06.2019.00001265-9, que se encontra à disposição de quem possa interessar na Av. Francisco Alves da Silva, nº 103, Edifício do Fórum, sede da Promotoria de Justiça. Os autos encontram-se registrados no sistema informatizado SAJ/MP, os quais poderão ser integralmente acessados via internet, no endereço eletrônico: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>

Noticiante: Ministério Público Estadual de Mato Grosso do Sul.

Interessado: Ademir de Souza.

Objeto: Apurar a regularidade ambiental do Lote 74 da Quadra 73, do Município de Deodápolis/MS, bem como eventuais danos ambientais causados pelo manejo inadequado do solo e da vegetação nativa do referido imóvel rural..

Deodápolis/MS, assinado por certificação digital.

ANTHONY ÁLLISON BRANDÃO SANTOS

Promotor de Justiça.

**EDITAL Nº 0053/2019/PJ/DPS.**

Inquérito Civil Nº 06.2019.00001268-1.

A Promotoria de Justiça de Deodápolis/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil nº 06.2019.00001268-1, que se encontra à disposição de quem possa interessar na Av. Francisco Alves da Silva, nº 103, Edifício do Fórum, sede da Promotoria de Justiça. Os autos encontram-se registrados no sistema informatizado SAJ/MP, os quais poderão ser integralmente acessados via internet, no endereço eletrônico: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>

Noticiante: Ministério Público Estadual de Mato Grosso do Sul.

Interessado: Hélio Azevedo de Lima.

Objeto: Apurar a regularidade ambiental do Lote 76 da Quadra 73, do Município de Deodápolis/MS, bem como eventuais danos ambientais causados pelo manejo inadequado do solo e da vegetação nativa do referido imóvel rural..

Deodápolis/MS, assinado por certificação digital.

ANTHONY ÁLLISON BRANDÃO SANTOS

Promotor de Justiça.

**EDITAL Nº 0054/2019/PJ/DPS.**

Inquérito Civil Nº 06.2019.00001271-5.

A Promotoria de Justiça de Deodápolis/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil nº 06.2019.00001271-5, que se encontra à disposição de quem possa interessar na Av. Francisco Alves da Silva, nº 103, Edifício do Fórum, sede da Promotoria de Justiça. Os autos encontram-se registrados no sistema informatizado SAJ/MP, os quais poderão ser integralmente acessados via internet, no endereço eletrônico: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>

Noticiante: Ministério Público Estadual de Mato Grosso do Sul.

Interessado: Edmarço Gomes.

Objeto: Apurar a regularidade ambiental do Lote 57 da Quadra 76, do Município de Deodápolis/MS, bem como eventuais danos ambientais causados pelo manejo inadequado do solo e da vegetação nativa do referido imóvel rural..

Deodápolis/MS, assinado por certificação digital.

ANTHONY ÁLLISON BRANDÃO SANTOS

Promotor de Justiça.